

## Quem disse ?

«Há alternância, mas quase não há políticas alternativas: é um risco para a credibilidade da democracia»

**Manuel Alegre**

Expresso, 6 de Maio

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1063 • 11 MAIO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €

# ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



NAS BANCAS

**Ministro Alberto Martins reafirma**

## Negociação salarial encerrada

O ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, reafirmou terça-feira que a negociação salarial do ano 2000 está encerrada e que, embora legítima, a greve dos sindicatos da Função Pública foi inadequada. Alberto Martins assumiu a paralisação de terça-feira como «uma chamada de atenção ao Governo», mas reforçou que «na negociação salarial do corrente ano» o Executivo socialista «foi até ao limite pelas condições permitidas pelo Orçamento de Estado de 2000».

Por sua vez, o secretário de Estado da Administração Pública afirmou que por todo o País, durante o dia de terça-feira, estiveram a funcionar a generalidade dos serviços do Estado e que a paralisação teve inclusivamente uma adesão inferior à de Fevereiro, quando apenas foi convocada por uma das centrais sindicais. Explicando a diferença de estimativas entre o Governo e os sindicatos no que respeita à adesão à greve de anteontem, Alexandre Rosa adiantou que os dados do Executivo tiveram como base as pessoas que declararam estar em greve. Negou igualmente situações em que chefes de serviço tenham tentado obter dos funcionários declarações de que iam fazer greve, assegurando que o Governo não apoia tais atitudes. «A greve é o exercício legítimo de um direito», sublinhou, adiantando que o Governo encarou a situação «com tranquilidade e consciência do dever cumprido». «Fomos o mais longe possível no quadro das possibilidades do País», justificou ainda o secretário de Estado, acrescentando que ao contrário do que dizem os sindicatos o aumento dos salários variou entre os 2,5 e os 5,2 por cento. Por sua vez, os aumentos das pensões no corrente ano situaram-se entre os 2,5 e os 6,5 por cento.

Guterres sublinha diferenças entre si e restantes líderes da oposição

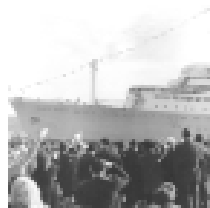
## A minha relação com o PS é magnífica

O primeiro-ministro deixou já bem claro que não fará qualquer remodelação a seguir ao final da presidência portuguesa da União Europeia, desfazendo assim insistentes falsos rumores nesse sentido. Pelo contrário, António Guterres disse estar satisfeito com os níveis de coordenação e de actuação dos seus ministros, salientando que também não está em causa nenhuma mudança ao nível da orgânica do Executivo, sobretudo, no que concerte à existência de titulares com funções de coordenação. Como diferença entre si e os restantes líderes da oposição, sobretudo no que respeita a Durão Barroso, o secretário-geral disse ter uma relação magnífica com o PS, sublinhando que irá recandidatar-se no próximo Congresso do partido e que, inclusivamente, admite voltar a concorrer ao cargo de primeiro-ministro nas eleições legislativas de 2003.



### Política

## Governo rejeita ressentimentos sobre descolonização António Guterres contesta declarações de ministro angolano



O ministro dos Negócios Estrangeiros angolano fez declarações infelizes sobre hipotéticos ressentimentos e complexos de portugueses em relação à independência de Angola. António Guterres reagiu, lembrando que esses complexos nem sempre existem do mesmo lado e que Portugal não tem sentimentos dessa natureza. Pelo contrário, Portugal orgulha-se da sua democracia e de não ter colónias.

### Sociedade & País

## INE revela Segurança Social ganha relevo



O Instituto Nacional de Estatística (INE) revelou, no dia 5, que a Segurança Social assume uma crescente importância no que toca à exclusão social, devido ao Rendimento Mínimo Garantido, que, em 1998, atingiu os 60 milhões de contos. Os dados sobre a protecção social, em 1998, foram divulgados sexta-feira pelo INE, a propósito do Dia Mundial da Segurança Social, que se comemorou segunda-feira, dia 8.



## Dia da Europa

Comemorou-se, na passada terça-feira, os 50 anos sobre a constituição da Europa Comunitária. Este dia, 9 de Maio de 1950, que passou a ser conhecido pelo Dia da Europa, marcou definitivamente o futuro de milhões de europeus e solidificou as bases de uma paz duradoura no Velho Continente. Lida à Imprensa por Robert Schuman, ministro dos Negócios Estrangeiros da França, e redigida por Jean Monnet, a declaração da constituição referia logo no início «a contribuição que uma Europa organizada e viva pode dar à civilização é indispensável para a manutenção de relações pacíficas».

Segundo a declaração, «a Europa não se fará de um golpe, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto. A união das nações europeias exige que seja eliminada a secular oposição entre a França e a Alemanha». Estava assim dado o passo definitivo para a criação da actual União Europeia.

Baseada na ideia de criação de uma instituição europeia supranacional, incumbida de gerir as matérias-primas que nessa altura constituíam a base do poderio militar: o carvão e o aço, a União avançava tendo como princípios basilares os valores da paz e da solidariedade. Valores que se concretizam através do desenvolvimento económico e social e do equilíbrio ambiental e regional, únicos garantidores de uma repartição equilibrada dos padrões de bem-estar entre os cidadãos.

No entanto, como qualquer obra humana desta envergadura, a construção da União Europeia é e será sempre uma tarefa inacabada: as lacunas são ainda numerosas e as imperfeições evidentes. Hoje, passados que estão 50 anos da sua fundação e sob a presidência portuguesa, a União continua a crescer. O alargamento, de que tanto se fala, será em breve uma realidade e uma forma de travar algumas «lutas fratricidas que podem dilacerar a Europa».

Para o eurodeputado socialista António José Seguro, o alargamento da União Europeia aos 12 países candidatos é da maior importância «por razões de paz e de solidariedade». Com o alargamento «obrigamos os países candidatos a partilhar os nossos valores mais profundos, designadamente o amor à liberdade e à democracia», afirmou, recordando que a Turquia não perfilha esses ideais, devido à existência de pena de morte no país.

Para Portugal, a sua adesão e completa integração nos valores e princípios da União Europeia foi fundamental para o desenvolvimento e modernização. A política económico-financeira seguida pelo Governo de António Guterres permitiu que Portugal integrasse a terceira fase da União Económica e Monetária.

Com a adopção do euro, Portugal colocou-se num outro patamar da cena internacional, com as reconhecidas consequências directas em matéria de estabilidade cambial e da criação de um ambiente económico-financeiro de muito maior credibilidade face ao exterior.

A este propósito valerá a pena recordar que tal situação resultou da adopção de uma política de grande rigor por parte do Governo de Guterres, assente numa correcta gestão macroeconómica que permitiu baixar o desemprego e aumentar o investimento público, em particular na área social.



## RAUL REGO COMENTA VISITA PAPAL

«Queremos ser um país democrático, na via para o socialismo. Começamos por ser um país livre, bem diferente daquele que visitou Paulo VI em 1967», referia o camarada Raul Rego, em artigo publicado no «AS» de 12 de Maio de 1982, a propósito da visita de João Paulo II a Portugal.

No referido artigo, o camarada Raul Rego tecia elogios à encíclica «Laborem Exercens», pelo facto de esta valorizar o mundo laboral e condenar implicitamente a ganância do capitalismo.

Hoje, passados quase vinte anos, o Papa volta a visitar Portugal, com um mundo muito diferente do de há 20 anos, com o fim da guerra-fria, consequência da implosão do comunismo, mas onde nunca foram tão gritantes as desigualdades entre países e povos, e onde alguns teóricos muito pós-modernos «made e pró USA» nos tentam impingir o pensamento único, logo a economia única, a cultura única, numa globalização que até agora só tem servido para o acentuar das desigualdades.

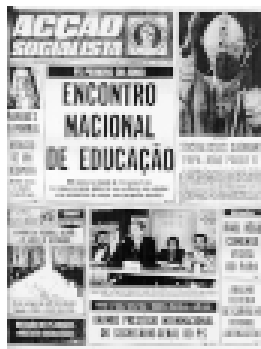
Num outro artigo, Adelino Teixeira de Carvalho fazia a defesa do modelo de autogestão em Portugal, numa altura em que o PS apresentava na AR um projecto de lei sobre as sociedades em autogestão.

J. C. C. B.

12 de Maio

Quem disse?

«A CEE não pode tratar os países candidatos em termos comerciais de 2deve e haver»  
Mário Soares



## Guterres - sondagens

«Só não passo mais tempo no País quando não posso»

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou, no dia 7, em Baião, que só não passa mais tempo em Portugal quando não pode, respondendo desta forma às acusações de que não tem tempo para a governação do País e à alegada queda da sua popularidade.

«Eu acho que só não tenho mais tempo quando não posso e todo o tempo que tenho é dedicado à defesa do interesse de Portugal», disse Guterres.

«Mesmo quando cá não estou é esta a minha única motivação», frisou o primeiro-ministro. À chegada ao quartel de bombeiros de Santa Marinha do Zêzere, que inaugurou no concelho de Baião, no extremo interior do distrito do Porto, o chefe do Executivo

socialista apertou a mão a centenas de pessoas, para agrado dos dirigentes do PS que o acompanhavam.

O ministro Fernando Gomes ainda tentou retirá-lo do meio da multidão, avisando que teria de cumprimentar cerca de duas mil pessoas, mas Guterres insistiu em estender a mão a quantos o aguardavam, ora à esquerda, ora à direita, na rampa de acesso à parada do quartel.

António Guterres inaugurou domingo o quartel-sede dos bombeiros de Santa Marinha do Zêzere, cerimónia em que esteve acompanhado pelo ministro adjunto e da Administração Interna, Fernando Gomes, e pelos dirigentes dos organismos nacionais dos bombeiros.

## Violência contra mulheres

Declaração da presidência portuguesa da UE

A Presidência Portuguesa da União Europeia apelou no sábado, dia 6, em Lisboa, à Comissão Europeia para que se comprometa a acompanhar e avaliar todos os projectos desenvolvidos nos Estados-membros na área da violência contra as mulheres.

O apelo está contido numa declaração da Presidência Portuguesa da UE, divulgada no último dia de trabalhos da Conferência Internacional Violência Contra as Mulheres: Tolerância Zero.

O documento pede ao Conselho e à Comissão Europeias e aos Estados-membros para se comprometerem solenemente a combater todas as formas de violência contra as mulheres, através da adopção de medidas legais, necessárias para o estudo e prevenção da violência, protecção, assistência e compensação das vítimas (tomando medidas no sentido de assegurar que o agressor não possa beneficiar delas).

Preconiza-se a sanção e programas para o agressor, por forma a alcançar a erradicação da violência contra as mulheres.

Pede-se também que a UE promova um Ano Contra a Violência Contra as Mulheres, entre 2001 e 2003, extensivo a todos os Estados-membros e países associados.

Apela-se ainda à Comissão Europeia que desenvolva, se possível com o Conselho da Europa, boas práticas e padrões para todos os mecanismos relevantes nas áreas da confidencialidade, recolha de dados, protecção de testemunhas vulneráveis, tradução e interpretação, formação, trabalho conjunto.

Propõe-se também uma aproximação intersectorial da questão para combater o problema, um relacionamento humanizado e isento com as sobreviventes da violência, a fim de melhorar a confiança no sistema de justiça, e programas para os agressores.

## Sociedade da Informação

Caminho para o desenvolvimento

Alguns países europeus estão a implementar processos que dentro de cinco anos lhes permitirão disponibilizar todos os serviços aos cidadãos através do correio electrónico. A informação foi avançada terça-feira, dia 9, pelo ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago.

«Se não quisermos que Portugal o possa fazer apenas 20 anos depois dos outros países é bom que se caminhe rapidamente de encontro a soluções», alertou.

O governante falava em Oliveira de Frades, localidade onde se reuniu com vários autarcas do distrito de Viseu para explicar as vantagens da adesão ao Programa Operacional para a Sociedade da Informação, participado pela UE, que poderá estar no terreno a partir do Verão.

Segundo o ministro, «em Portugal é fácil criar acessibilidades físicas mas são muitas as dificuldades que se sentem para implementar acessibilidades da informação».

«É absolutamente fundamental resolver este problema – das tecnologias da informação –

porque as diferentes sociedades vão medir as suas capacidades entre si quando houver uma crise económica e não no momento actual em que a economia está em expansão», frisou.

O ministro desafiou os presentes a avançarem com projectos de forma a poderem ser financiados pelo Programa Operacional para a Sociedade da Informação, cujo gestor, Pedro Veiga, esteve também em Oliveira de Frades.

Mariano Gago entende que Portugal «já tem recursos financeiros, existe vontade e já começa a haver capacidade organizativa para levar com sucesso estes projectos para a frente». Alertou, no entanto, que a experiência dos últimos dois anos indica que «a maior dificuldade, nomeadamente no interior do País, é encontrar pessoas com capacidades para algumas das tarefas exigidas».

«Esta - a sociedade da informação - não é uma panaceia para todos os males, mas se não tomarmos desta poção não sobreviveremos nas competições do futuro», advertiu.

## A MINHA RELAÇÃO COM O PS É MAGNÍFICA

**O primeiro-ministro deixou já bem claro que não fará qualquer remodelação a seguir ao final da presidência portuguesa da União Europeia, desfazendo assim insistentes falsos rumores nesse sentido. Pelo contrário, António Guterres disse estar satisfeito com os níveis de coordenação e de actuação dos seus ministros, salientando que também não está em causa nenhuma mudança ao nível da orgânica do Executivo, sobretudo, no que concerte à existência de titulares com funções de coordenação. Como diferença entre si e os restantes líderes da oposição, sobretudo no que respeita a Durão Barroso, o secretário-geral disse ter uma relação magnífica com o PS, sublinhando que irá recandidatar-se no próximo Congresso do partido e que, inclusivamente, admite voltar a concorrer ao cargo de primeiro-ministro nas eleições legislativas de 2003.**

**E**m entrevista à RTP, o primeiro-ministro sublinhou os progressos das famílias portuguesas, desde que o PS assumiu o Governo em Outubro de 1995. Comentando as exigências das centrais sindicais para o Governo proceder a um aumento intercalar dos salários, António Guterres apresentou um vasto conjunto de argumentos para não aceitar essas reivindicações. «O dever do Governo é compreender as preocupações das pessoas, mas agindo de acordo com as suas opções», respondeu, lembrando que, este ano, mais de 150 mil trabalhadores da Função Pública tiveram as respectivas carreiras desbloqueadas e que, por essa razão, a massa salarial irá crescer cinco por cento, portanto, muito acima da inflação prevista.

«Somos ainda um país relativamente pobre e, por isso, temos uma política social que representa um crescimento de 20 por cento em termos de despesa pública», acrescentou ainda para justificar o carácter inevitável de os aumentos salariais ficarem nos 2,5 por cento em 2000. Quanto às greves já decretadas, de acordo com o chefe do Governo, «algumas correspondem a descontentamentos por carências». No entanto, outras «têm uma lógica de manipulação política. Há um certo dedinho de política nelas, o que neste fase do ano é perfeitamente compreensível», denunciou o primeiro-ministro, evidenciando depois que, nos últimos cinco anos, mais de 700 mil famílias compraram casa própria, tendo existido uma melhoria muito significativa do nível de vida das pessoas.



Explicando as causas dos principais problemas externos que o País está a enfrentar, António Guterres disse que, mais do que os preços dos combustíveis nos mercados internacionais, a sua principal preocupação é a tendência para o aumento das taxas de juro. «Estou preocupado com o aumento das taxas de juro, porque não dependem do Governo», sublinhou, frisando que as subidas do dólar norte-americano, do crude nos mercados internacionais, a par do aumento das taxas de juro, tornou o país mais pobre em relação ao exterior. «Sei que a decisão de aumentar os preços dos combustíveis não foi bem compreendida por certas camadas da população, mas, se a opção fosse por aumentos faseados ao longo do tempo, talvez o Orçamento de Estado de 2000 não tivesse sido aprovado, porque nenhum partido da oposição quererá corresponsabilizar-se» com essas frequentes subidas de preços.

### Inflação confirma previsões

Referiu, ainda, que a decisão de não aumentar logo os preços dos combustíveis não teve a ver com qualquer manobra de eleitoralismo, porque a política do Governo foi definida muito antes das eleições legislativas de 1999, sendo favorável à estabilidade de preços. «Por certo, se tivéssemos optado por aumentos graduais, haveria hoje um descontentamento ainda maior», acrescentou António Guterres, antes de se comprometer a reduzir de novo os preços dos combustíveis caso o preço do barril de crude nos mercados internacionais desça abaixo dos 20 dólares. «Fizemos um enorme esforço para que os passes

sociais e as empresas de transportes de mercadorias provocassem uma derrapagem da inflação», o que não irá acontecer, como provam os mais recentes indicadores sobre a evolução da economia portuguesa.

Pelo contrário, como explicou o chefe do Governo, caso a política fosse a de indexar os salários aos valores da inflação, o país correria o risco de sofrer novo subida de preços, comendo os efeitos desse aumento intercalar dos salários.

Quanto à presidência portuguesa da União Europeia, António Guterres reconheceu que acarreta «um grande volume de trabalho», mas que tudo está a ser compensado pelo forma muito positiva como está a ser vista ao nível internacional. Rejeitou, no entanto, que esteja hoje mais desligado das questões nacionais. «Estou tão empenhado como sempre nas questões que afectam os portugueses, mas, quando mais força e prestígio tivermos internacionalmente, maior peso teremos para resolver aos nossos problemas», alegou o primeiro-ministro, apontando como exemplos os sucessos da diplomacia portuguesa após o referendo em Timor-Leste e a negociações do III Quadro Comunitário de Apoio.

Contudo, António Guterres lamentou que a oposição tenha aproveitado precisamente a fase mais complexa da presidência portuguesa da União Europeia para encarniçar os seus ataques, quando, em outros países, este período é normalmente de tréguas entre Governo e oposições. «Quando o PS estava na oposição, em 1992, respeitamos uma trégua em relação a Cavaco Silva», recordou, antes de advertir que, «por mais encarniçada que seja a oposição, por mais vezes que se decretem, não abdicarei de

defender o prestígio de Portugal perante a União Europeia».

### Governo com ideias novas

Além de manifestar preocupação em relação à recente evolução das taxas de juro, António Guterres demonstrou igualmente apreensão no que respeita ao excessivo endividamento e recurso ao crédito por parte de muitas famílias. Depois, secundarizou a importância de alegados conflitos dentro do Governo, dizendo que muitos foram empolados e, por outro lado, que os pequenos incidentes que ocorreram já foram ultrapassados. «Diga-me um só Governo em que não tenham existido desentendimentos», desafiou Guterres dirigindo-se à jornalista da RTP. Também no caso das vozes críticas existentes no partido, o secretário-geral evidenciou a longa história de liberdade e de tolerância existente no PS. «A minha relação com o PS é magnífica», respondeu, comparando com o ambiente interno que rodeia os outros dirigentes partidários, sobretudo Durão Barroso no PSD. «No Governo, em articulação com o PS, estamos a trabalhar com coesão, com empenho e com ideias novas», acrescentou, que referiu que, a par da continuidade de políticas, houve também renovação de objectivos.

Em resposta a outras perguntas, o primeiro-ministro negou ter-se sentido criticado pelo discurso do presidente da República nas comemorações do 25 Abril - «fez um conjunto de observações que subscrevo inteiramente, até porque o país não é perfeito e tem muitos problemas» - e assegurou que não está nos seus planos fazer qualquer remodelação no executivo, muito menos logo a seguir ao final da presidência portuguesa da União Europeia. Da mesma forma, também não abdicará da sua aposta de ter ministros coordenadores, nem está arrependido da junção das pastas da Economia e Finanças no mesmo ministério, ou da criação de um Ministério da Igualdade.

António Guterres teve ainda a oportunidade de defender a actuação do ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, quando confrontado com as manifestações de polícia - «agiu com bom-senso e com firmeza» -, e explicou o motivo por que não aceitou dar um apoio público a Laborinho Lúcio na sua candidatura ao cargo de provedor de Justiça. «Não aceito que me tentem colocar entre a espada e a parede», lamentou.

No final da entrevista, o camarada António Guterres salientou que voltará a candidatar-se ao cargo de secretário-geral do PS no próximo Congresso e que o processo para a sua sucessão no partido «não está aberto». Admitiu, inclusivamente, como sendo um cenário com grande probabilidade, a hipótese de voltar a recandidatar-se a primeiro-ministro nas eleições legislativas de 2003.

## ANTÓNIO GUTERRES CONTESTA DECLARAÇÕES DE MINISTRO ANGOLANO

**O ministro dos Negócios Estrangeiros angolano fez declarações infelizes sobre hipotéticos ressentimentos e complexos de portugueses em relação à independência de Angola. António Guterres reagiu, lembrando que esses complexos nem sempre existem do mesmo lado e que Portugal não tem sentimentos dessa natureza. Pelo contrário, Portugal orgulha-se da sua democracia e de não ter colónias. Também Jaime Gama afirmou que esse tipo de posições de membros do Governo de Luanda não contribuem para reforçar as relações entre os dois países. O ministro dos Negócios Estrangeiros lembrou ainda o acolhimento justo e correcto dos cidadãos africanos em território nacional.**

O primeiro-ministro, António Guterres, repudiou no sábado as considerações sobre Portugal feitas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola e recusou a existência no Governo de Lisboa de «recalcamentos e ressentimentos» relativamente a Angola, por causa da sua independência em 1975. Como sublinhou António Guterres, «o Governo português não tem sentimentos dessa natureza», salientando ainda que Portugal é

actualmente «uma democracia que se orgulha de si próprio», que não tem colónias e que «respeita inteiramente a independência dessas antigas colónias». Ou seja, sublinhou, Portugal deseja ter com essas nações uma «relação adulta e sem complexos de parte a parte». Falando no final de uma visita ao quarto fórum «Ciência Viva», em Lisboa, o primeiro-ministro reagiu com estas palavras às declarações do chefe da diplomacia angolana, João Miranda, feitas na sexta-feira passada à Rádio Nacional de Angola. Nessa entrevista à Rádio Nacional de Angola, o ministro angolano disse que «existem ainda muitos ressentimentos e recalcamentos próprios de uma situação de coabitação entre ex-colonizados e ex-colonizadores. Alguns (portugueses) que acreditam na superioridade da raça branca não se conformam que um africano fale de igual para igual com um europeu e a postura política e a personalidade independente do governo de Angola é, para esses retrógrados, algo de estranho no contexto das relações africanas com as antigas metrópoles», afirmou ainda. No entanto, António Guterres reagiu prontamente: «Os complexos nem sempre existem apenas do mesmo lado», disse. Também o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, considerou que o «conteúdo analítico» das declarações do seu homólogo angolano não contribui para o reforço da amizade entre os dois países.

«São declarações analíticas, cujo conteúdo eu, naturalmente, não perliho e penso que não é extrapolando declarações de sentido analítico para as necessidades políticas presentes que se pode contribuir, como eu desejaria, para um reforço da amizade entre países de língua portuguesa», comentou Jaime Gama, nas Furnas, nos Açores, antes do início da reunião informal dos chefes da diplomacia da União Europeia, a que presidiu. Jaime Gama observou ainda que o «comentário é livre», sendo feito através da imprensa, o que é «suficiente para transformar essas afirmações num diálogo interessante». Jaime Gama referiu igualmente que os comentários de João Miranda «têm alvos muito precisos», mas sublinhou que o ministro angolano expressou também um «empenho mais geral de criar relações sólidas, duradouras e viradas para o futuro entre Portugal e Angola. As declarações (de João Miranda) são assinadas, têm a sua autoria, e sobre o seu conteúdo há naturalmente uma parte que eu não subscrevo, mas há também que sublinhar que essas declarações contêm igualmente mensagens objectivas no sentido da importância do reforço das relações entre Angola e Portugal», afirmou Jaime Gama. Jaime Gama declarou ainda que as relações entre Angola e Portugal «são maduras» e que da parte de dos portugueses não existem sentimentos de antagonismo, de discriminação ou «motivações de

conflitualidade» em relação a Angola ou a qualquer outro país africano de língua portuguesa. «A forma como os africanos têm vindo a ser acolhidos na sociedade portuguesa, em especial na região da Grande Lisboa, demonstra que somos um país de acolhimento justo e correcto, que têm vindo gradualmente a estabelecer condições de igualdade como os nacionais portugueses em todos os domínios», acrescentou o ministro dos Negócios Estrangeiros, que lembrou ainda o seguinte: «Os portugueses são hoje fortemente apoiantes de uma política activa de cooperação com África, em especial com a África de língua portuguesa. E não é por acaso que somos um dos países da OCDE que mais tem crescido nos seus programas de ajuda ao desenvolvimento em relação a África». Jaime Gama defendeu a necessidade de olhar o relacionamento com Angola e outros países de língua portuguesa com «sentido de futuro e não com sentido de passado, ou espírito recriminatório. Esse é o caminho a seguir. Esse é o caminho que o Governo português segue, e é também o caminho que hoje seguem as nações africanas no seu próprio relacionamento com a Europa», declarou Jaime Gama, que acrescentou: «O clima na última cimeira do Cairo foi esclarecedor quanto à vontade, não apenas de europeus, mas também de africanas, de construir uma parceria estratégica virada para o futuro.»

## GUTERRES QUER DAR MAIS EFICÁCIA ÀS CÂMARAS

O primeiro-ministro, António Guterres, defendeu no sábado, em Vilamoura, durante a sessão de encerramento do XII Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), a alteração da lei eleitoral para as autarquias. Uma mudança que disse ter como objectivo permitir a formação de executivos municipais de um só partido, ou de coligação, mais com uma maior eficácia conferida pela sua homogeneidade. No primeiro dia do congresso, o ministro Fernando Gomes disse já estarem disponibilizados 580 mil contos para a criação em Setembro próximo das primeiras polícias municipais. Na sessão de encerramento deste congresso, o chefe do Governo também escutou apelos no sentido de que exista

uma maior transferência de competências para as autarquias, reforço acompanhado pelo respectivo crescimento em apoios financeiros. Como sublinhou António Guterres na sua intervenção, o Poder Local está a viver uma fase de «maturidade democrática», sustentando, ainda, que, com a atribuição de um «papel acrescido de fiscalização» às assembleias municipais, os executivos irão ganhar maior eficácia. Para o primeiro-ministro, «executivos homogéneos» darão «maior eficácia à actuação das câmaras municipais. Ainda em defesa da reforma da lei eleitoral autárquica, António Guterres afastou qualquer receio de «perturbações», lembrando «a estabilidade» alcançada pelo Poder Local em Portugal. O chefe do Governo e secretário-geral do Partido Socialista ironizou ainda ao apontar as

«dificuldades acrescidas» que teria um Conselho de Ministros por si presidido, se lá se sentassem também Durão Barroso, Pedro Santana Lopes, Carlos Carvalhas e Paulo Portas. Invocando a sua experiência de autarca como presidente da Assembleia Municipal do Fundão, António Guterres destacou «a excelente cooperação» que tem havido entre a Administração Central e o Poder Local. O primeiro-ministro lembrou então que só por esta via se conseguiram resolver duas questões essenciais e que haviam sido apontadas no anterior congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses: o novo código de expropriações e a nova Lei das Finanças Locais, que, embora ainda não seja totalmente satisfatória, é melhor do que a anterior. Por sua vez, o presidente da ANMP, o

camarada Mário de Almeida, considerou ter chegado o momento de contratualizar a atribuição de novas competências às autarquias com «lógicos e rigorosos meios financeiros acrescidos». Mário de Almeida referiu que os autarcas jamais aceitarão qualquer nova responsabilidade sem terem a certeza de que isso resultará numa clara melhoria da eficácia governativa a favor das comunidades. Na sessão de abertura do congresso, na sexta-feira, o ministro Fernando Gomes garantiu que o Governo está empenhado em regular todas as novas competências e atribuição de meios financeiros às autarquias até 2003. Assegurou que o orçamento já disponível para este ano é de 580 mil contos, o que permitirá o aparecimento das primeiras polícias municipais já em Setembro próximo.

## DESTAQUE – CM

## Ligações rodoviárias

## MAIS E MELHORES AUTO-ESTRADAS

O Executivo socialista, no passado dia 3, aprovou um decreto-lei que fixa as bases da concessão da concepção, projectos de construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados, designados por Costa de Prata, bem como a resolução que estabelece a minuta do respectivo contrato da concessão a celebrar entre o Estado Português e a sociedade Lusoscut. A concessão Scut da Costa de Prata ligará Mira ao Porto numa extensão de 109 quilómetros. A concessionária irá construir cerca de 65 quilómetros de auto-estrada e irá manter e explorar cerca de 44 quilómetros.

A concessão tem por objecto a concepção, projecto e construção, financiamento, conservação e exploração, em regime de portagem Scut, dos seguintes lanços de auto-estrada:



financiamento, conservação e exploração, em regime de portagem Scut, o lanço de auto-estrada IC1 Nó de ligação à EN 109-Nó da Madalena (cerca de 1,7 quilómetros – entrada em serviço em Junho de 2003). Constituem ainda o objecto da concessão, para efeitos de conservação e exploração, em regime de portagem SCUT, os seguintes lanços IP5 Aveiro (Barra)-Albergaria (IP1/A 1), cerca de 24 quilómetros; IC1 Maceda-Miramar, cerca de 19 quilómetros; e IC1 Madalena-Coimbrões, cerca de 1 quilómetro.

O prazo da concessão é de 30 anos a contar da data de assinatura do respectivo contrato, pelo que a concessionária procederá à manutenção e exploração até Abril de 2030.

Entre as obrigações da concessionária relevam, pelo seu carácter inovador, a impossibilidade de fecho de vias para obras acima de um limite imposto, bem como a fixação de multas para níveis de sinistralidade superiores à média nacional para o mesmo tipo de estrada. O capital social da concessionária, integralmente subscrito e realizado, será de 22 200 000 euros (vinte e dois milhões e duzentos mil euros).

O valor do investimento a realizar pela Lusoscut na construção desta auto-estrada será de cerca de 57 milhões de contos. A este investimento inicial acresce o investimento de exploração, manutenção e grandes conservações periódicas, que ao longo dos próximos 30 anos ascenderá a 30 milhões de contos a preços de 1999.

- IC1 Mira/Aveiro (cerca de 24 quilómetros – entrada em serviço em Maio de 2004);
  - IC1 Angeja/Maceda (cerca de 30 quilómetros – entrada em serviço em Maio de 2004);
  - ER 1.18 IC 1-IP 1 (cerca de 6 quilómetros – entrada em serviço em Setembro de 2003);
  - IC1 Nó de Miramar-Nó de ligação à EN109 (cerca de 4,1 quilómetros – entrada em serviço em Junho de 2003).
- Constitui também o objecto da concessão, para efeitos de concepção, projecto e duplicação do número de vias,

## DESTAQUE – CM

## Greves

## REQUISIÇÃO CIVIL: UMA NECESSIDADE

O Conselho de Ministros, na reunião de quarta-feira, dia 3, apreciou a situação criada pela greve declarada pelo SMAQ – Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses para o período compreendido entre as zero e as 24 horas dos dias 28, 29 e 30 de Abril últimos e entre as zero e as 24 horas dos passados dias 2, 3, 4 e 5 de Maio de 2000, considerando que ela colocava em causa o desenvolvimento das tarefas indispensáveis à preservação de interesses e à satisfação de necessidades vitais do País, designadamente no que respeita ao tráfego ferroviário suburbano de passageiros e ao tráfego de mercadorias.

Assim, o Governo considerou que durante a greve em causa o SMAQ e os trabalhadores aderentes não asseguraram os serviços mínimos a que estavam legalmente obrigados, destinados à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, conforme previsto na lei, estando por isso em causa direitos das populações constitucionalmente garantidos, nomeadamente, o direito de deslocação e, reflexamente, o direito ao trabalho.

Os ministros consideram, igualmente, que se tornara essencial garantir o abastecimento de matérias primas necessárias a indústrias afectas à satisfação de necessidades sociais e acautelar a movimentação de mercadorias.

Neste sentido, o Conselho de Ministros



reconheceu a necessidade de proceder à requisição civil, por 30 dias, prorrogáveis, dos trabalhadores da CP aderentes à greve declarada pelo SMAQ através do pré-aviso de 13 de Abril de 2000 e resolveu autorizar os ministros do Equipamento Social e do Trabalho e da Solidariedade a efectuarem por portaria a referida requisição, com efeitos imediatos.

## DESTAQUE – CM

## Bem-estar

## POLUIÇÃO SONORA SOB ESCUTA

O Governo chefiado pelo camarada António Guterres deu luz verde, na passada quarta-feira, dia 3, ao decreto-lei que aprova o Regulamento Geral do Ruído.

Este diploma caracteriza-se por um aumento do nível de exigência no que diz respeito à regulação da poluição sonora, adaptando-a, simultaneamente, à evolução ocorrida a nível da União Europeia e do direito interno. Como aspectos fundamentais do diploma há a destacar o alargamento do âmbito de aplicação a situações anteriormente não abrangidas; o reforço da actuação preventiva, consubstanciada, nomeadamente, numa mais rigorosa disciplina de instrumentos de avaliação ou de licenciamento; e a adopção da possibilidade de imposição de prestação de caução aos agentes económicos que desenvolvam actividades potencialmente ruidosas, a qual poderá ser devolvida caso não surjam, num prazo razoável, reclamações por

incomodidade imputada à actividade ou, surgindo, venha a concluir-se pela sua improcedência.

A classificação de zonas tendo em conta os níveis de ruído nelas admissíveis e correspondente previsão da adaptação, revisão ou alteração de planos municipais de ordenamento do território; a articulação com a disciplina urbanística; a adopção de figuras de planeamento específicas ao nível do ruído; a regulação não só de actividades permanentes geradoras de ruído, mas também de actividades temporárias e do ruído de vizinhança; e o aperfeiçoamento do regime sancionatório; são outros dos aspectos constantes no decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros, onde também se prevêem medidas cautelares destinadas a evitar danos graves para a saúde pública ou para a segurança das populações, em consequência de actividades que violem o disposto no diploma.

PELO PAÍS

Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA**

O secretário de Estado da Administração Educativa disse quinta-feira, dia 4, em Lisboa, que a estabilidade dos docentes é a finalidade primeira da revisão do sistema de colocação de professores, que gostaria de ver pronta para vigorar no ano lectivo de 2001/2002.



Numa reunião extraordinária do Conselho Nacional de Educação, que contou com a presença de 20 conselheiros, Augusto Santos Silva deu assim início a um debate público sobre a revisão do sistema apresentando o seu contributo pessoal, no qual destacou oito pontos críticos e eventuais soluções.

Segundo o governante, para alcançar o objectivo fundamental da estabilidade importa conceber e concretizar mudanças seguras e em dois planos paralelos: na lógica e na aplicação dos concursos de colocação e na configuração das formas de mobilidade, por destacamento ou requisição, assim como das formas de fixação.

Augusto Santos Silva fez então uma análise dos pontos críticos do sistema, que considera serem oito.

Em destaque esteve a graduação profissional, o âmbito dos concursos de colocação, a organização dos quadros de colocação, o nível de mobilidade induzido pelos concursos nacionais, o processo de vinculação dos docentes, o uso significativo de instrumentos de mobilidade, a incipiência de outros instrumentos de gestão da afectação e da mobilidade, e as ineficiências práticas do sistema de colocação.

No ponto referente aos concursos de colocação, Augusto Santos Silva realçou o facto de as escolas não terem nenhum poder legítimo de participação no recrutamento do seu pessoal docente.

**AMBIENTE**

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, manifestou «desconforto», no dia 5, por ter que «chumbar» o campo de golfe da Figueira da Foz, depois do Governo que integra ter tomado decisões que viabilizariam o projecto.

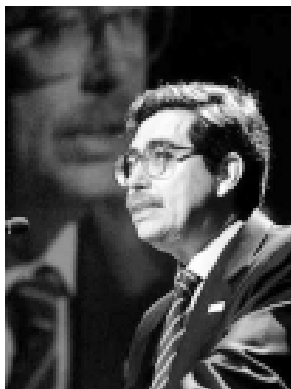
Sócrates justificou a sua decisão fundamentando-se na proposta do Instituto de Conservação da Natureza (ICN) para que o local para onde estava previsto a estrutura desportiva fosse integrado na Rede Natura 2000.



«Com os dados do ICN, o ministro não pode permitir um campo de golfe na Reserva Ecológica Nacional (REN)», considerou, sublinhando que os locais escolhidos para integrar aquela rede de áreas protegidas foram todos seleccionados com fundamentação científica apresentada por aquele instituto. José Sócrates falava na Assembleia da República, durante uma audição numa reunião das comissões da Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente e dos Assuntos Europeus sobre a Rede Natura.

**CIÊNCIA**

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, considerou sexta-feira, dia 5, em Lisboa, que está ganho o combate ideológico que permitiu aprofundar na sociedade portuguesa uma cultura de experimentação.



O governante falava durante a visita que efectuou ao quarto Forum Ciência Viva, que mostrou, no Pavilhão Atlântico, no Parque

das Nações, os resultados dos projectos com que professores e alunos, à escala nacional, trabalham a aprendizagem das ciências através da experimentação.

O ex-investigador que tutela a pasta da Ciência disse que em quase todas as escolas do Ensino Básico existe um laboratório, mas referiu também que, talvez mais importante do que essas condições, é a vontade de querer fazer.

«Não é por se ter material que às vezes nem se sabe utilizar que se faz mais nesta área», comentou.

Segundo Mariano Gago, o propósito do Programa Ciência Viva do seu ministério, dotado para o exercício em curso com 2,5 milhões de contos, é incutir o interesse pela experimentação na sociedade portuguesa. Trata-se de aprender a materialidade das coisas. É uma educação cívica aprender a diferença entre o que é verdade e o que é mentira, «até porque a perversão do espírito humano não tem limites», comentou Mariano Gago.

O ministro admite que a exposição do Ciência Viva é provavelmente a acção pública do seu ministério que visita todos os anos mais demoradamente, mas explica que, em seu entender, nada é tão importante como esta festa.

Ao longo de uma área de quase seis mil metros quadrados, professores, alunos e cientistas apresentaram os resultados dos trabalhos efectuados durante o ano, num total de 400 participações.

**ECONOMIA**

O ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, reconheceu, no dia 6, em Lisboa, que a cotação do euro «não reflecte e contradiz» uma economia «forte» como a da União Europeia e defendeu a necessidade de «novos impulsos no plano político».



O governante salientou que «uma moeda forte deve andar a par de uma economia forte», no encerramento do seminário «A coordenação das políticas económicas na União Europeia: crescimento, estabilidade e emprego», que durante dois dias decorreu no Centro Cultural de Belém. Pina Moura adiantou que a fraqueza do euro, traduzida no facto de nas últimas

semanas a moeda ter batido níveis mínimos de cotação face ao dólar e ao iene, seria «um dos temas» de discussão no Ecofin que se realizou na passada segunda-feira, dia 8.

No entanto, quando questionado sobre uma eventual intervenção do Banco Central Europeu (BCE) para segurar a moeda única, o ministro afirmou apenas que tal medida, se vier a ser decidida, só poderá ser anunciada pelo BCE.

«Tem havido na UE um reforço nas perspectivas de crescimento e a verdade é que a evolução do euro não reflecte esse reforço. Mas o problema deve ser resolvido nos mercados e não cabe aos governos nos mercados intervir», frisou.

No entanto, o ministro defendeu que cabe aos governos sublinhar que existem contradições entre uma economia europeia forte e a afirmação da moeda europeia nos mercados cambiais.

Quanto à necessidade de «novos impulsos» no plano político da UE, defendida pelo governante, Pina Moura explicou que, até agora, é no domínio económico e financeiro que a União Europeia se tem desenvolvido e que a consolidação desses progressos carece de um aprofundamento da construção política da UE.

**EDUCAÇÃO**

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, afirmou, no dia, 5 em Leiria, que as melhorias dos serviços educativos devem «aproximá-los das escolas, garantindo que estas são o centro da vida educativa».



As atenções da política educativa têm que estar na escola, disse o governante durante a inauguração das novas instalações do Centro de Acção Educativa (CAE) de Leiria. «É verdade que as mudanças na Educação são lentas, mas tem que ser assim, uma vez que lidamos com a sociedade», afirmou Oliveira Martins, salientando que «qualquer mudança espectacular será condenada ao fracasso», porque é preciso «pensar para além do imediato».

O ministro referiu ainda que «os professores são peças fundamentais na comunidade educativa, mas não podem estar sós», pelo

PELO PAÍS

Governança Aberta

que a compreensão da Educação como um todo deve também «envolver a sociedade e as autarquias».

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, anunciou, no dia, 4 em Espinho, a adjudicação de estradas no valor de sete milhões de contos a concretizar até ao final de 2001 no distrito da Aveiro.

Na cerimónia, que serviu igualmente para abrir ao tráfego a primeira fase do troço do IC-24 Espinho/Picoto, o governante anunciou a adjudicação da ligação Oliveira de Azeméis/Nó de Estarreja da A1 (3,7 milhões de contos - 18,5 milhões de euros), Oliveira de Azeméis/Vale de Cambra (trabalhos complementares no valor de 800 mil contos - 4 milhões de euros) e segunda fase do troço do IC-24 Espinho/Picoto (2,1 milhões de contos - 10,5 milhões de euros).



Estas obras, de acordo com Jorge Coelho, constituirão novas alternativas de acessibilidades a uma região «extremamente importante para o País, onde reside parte significativa do esforço de aumento da riqueza nacional» e que, por isso, «tem de ter o correspondente apoio por parte das entidades públicas».

O troço aberto quinta-feira ao público integra o Itinerário Complementar (IC) 24, que constituirá a Circular Regional Exterior do Porto (CREP) e terá os seus extremos no IC1 (Perafita e Espinho) passando por Maia, Ermesinde e proximidades de Valongo, depois de construída uma ponte sobre o rio Douro a jusante da barragem de Crestuma.

O objectivo é «proporcionar uma ligação alternativa entre o Leste da Área Metropolitana do Porto e a zona de Espinho, evitando-se a cidade do Porto», de acordo com uma nota explicativa fornecida pelo Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR).

JUSTIÇA

O ministro da Justiça, António Costa, disse, no dia 8, em Braga, que a revisão do Código do Contencioso Administrativo da Justiça deve envolver os cidadãos e as instituições públicas, de forma a facilitar a sua aplicação prática.

«É preciso simplificar a aplicação do direito administrativo para que os interesses do cidadão possam ser defendidos perante o Estado», defendeu, a propósito das medidas que prepara para esta área jurídica.



O governante interveio na Universidade do Minho durante a sessão inaugural do seminário sobre «A reforma do contencioso administrativo», organizado pelo curso de Direito da instituição universitária.

António Costa acentuou que «o objectivo do contencioso administrativo é o de defender os interesses dos cidadãos pelo que haverá que o simplificar», e lembrou que «a grande dificuldade de aprendizagem e de aplicação do direito administrativo começa por se sentir, desde logo, nos bancos das universidades, o que demonstra que é necessário mudá-lo».

JUVENTUDE

Uma mesa de voto simulada, uma pequena caixa a simbolizar a urna, boletins de voto «a brincar» e minicabinas de voto são os utensílios idealizados pelo IPJ para ensinar os jovens a participar eleitoralmente na vida democrática.

A pedagógica ideia foi explicada no dia 4, em Faro, aos convidados para a inauguração do «Maio Jovem» deste ano, um conjunto de iniciativas dedicadas à Juventude a realizar por todo o Algarve até ao próximo dia 25.

Ao inaugurar esta nona edição do «Maio Jovem», o presidente do Instituto Português da Juventude considerou «uma prioridade» a criação de estímulos para que os jovens se aproximem da vida social e política.

«É preciso combater o autismo dos jovens, tirá-los de casa para os pôr a desenvolver actividades», disse Pedro Meireles, presidente do IPJ, em representação do secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

Da iniciativa fazem parte actividades de carácter lúdico, cultural e desportivo, que decorrerão até ao dia 25 nos 16 concelhos algarvios.

Aproveitando a inauguração do «Maio Jovem», a Delegação Regional do IPJ assinou um conjunto de 28 protocolos com associações juvenis da região, no valor global de 29 mil contos.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 3 de Maio

O Conselho de Ministros aprovou:

- Proceder à requisição civil, por 30 dias, prorrogáveis, dos trabalhadores da CP aderentes à greve declarada pelo SMAQ através do pré-aviso de 13 de Abril de 2000 e resolveu autorizar os Ministros do Equipamento Social e do Trabalho e da Solidariedade a efectuarem por portaria a referida requisição, com efeitos imediatos;
- Um decreto-lei que fixa as bases da concessão da concepção, projectos de construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados, designados por Costa de Prata e a resolução que estabelece a minuta do respectivo contrato da concessão a celebrar entre o Estado Português e a sociedade Lusoscut;
- Um decreto-lei que consagra o Regulamento Geral do Ruído;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do norte alentejano para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Souсел;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de saneamento do Baixo Cávado e Ave para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Barcelos, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Famalicão;
- Um decreto-lei que estabelece as normas dos Censos 2001;
- Uma resolução que determina a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais, aprovado pelo decreto regulamentar n.º 9/94, de 11 de Março, e o estabelecimento de medidas preventivas para algumas das áreas abrangidas pelo actual plano;
- Um decreto-lei que redefine a distribuição de competências no âmbito do concurso para a profissionalização em serviço dos docentes do ensino particular e cooperativo e das escolas profissionais e da atribuição e publicação das classificações profissionais dos docentes;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico as directivas comunitárias relativas ao controlo oficial dos géneros alimentícios e às medidas adicionais respeitantes ao controlo oficial dos géneros alimentícios;
- Um diploma que altera o n.º 1 do capítulo VIII da parte A do anexo ao decreto-lei referente às normas relativas à colocação em circulação das matérias-primas para alimentação animal, transpondo para a ordem jurídica nacional o disposto na legislação comunitária sobre esta matéria;
- Um decreto-lei que altera a composição do Conselho de Saúde e Segurança no Trabalho para a Administração Pública criado e fixa o modo de remunerar os membros das respectivas comissões técnicas;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico aplicável à liquidação da EPAC – Empresa Para Agroalimentação e Cereais, SA, durante o período intercalar entre a data da dissolução e a data da transmissão global do património para o accionista Estado;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA, a cunhar uma moeda comemorativa alusiva aos Jogos Olímpicos de Sidney com o valor facial de 200 escudos;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA, a cunhar uma moeda comemorativa de prata alusiva à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia em 2000;
- Uma resolução que ratifica uma alteração de âmbito limitado ao Plano Director Municipal de Santo Tirso;
- Uma resolução que ratifica o Plano Director Municipal do Fundão.



DEPUTADO GONÇALO VELHO

Aposentação

## PROJECTO DO PP MERECE MUITAS RESERVAS



Numa curta intervenção na Assembleia da República, o deputado do PS Gonçalo Velho disse que o projecto de lei do CDS/PP que visa introduzir duas alterações substanciais ao artigo 13º do decreto-lei nº 488/72, de 9 de Dezembro que aprovou o estatuto de aposentação, merece «algumas reservas». Segundo o deputado do PS, «trata-se de uma iniciativa legislativa que sucede logicamente à proposta de lei nº 99/VII, que por si só não resolveria, como reconhece

o próprio CDS/PP, as diferenças existentes entre o sistema público e privado de contem do tempo de serviço militar obrigatório e as inerentes bonificações». Para Gonçalo Velho, «o que está em causa uma vez mais é a questão da gratuitidade da contagem do tempo de serviço militar obrigatório, com a inovação de preconizar a derrogação do regime vigente sob duas formas: gratuitidade ou regularização sem juros e com base nas remunerações percebidas à data em que as quotas deveriam ter sido pagas à CGD, consoante tenham ou não realizado acções de campanha, respectivamente».

J. C. C. B.

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO

Requerimento

## ESCLARECER DUPLICAÇÃO DO IP5



Os quatro deputados socialistas eleitos pelo círculo de Viseu pediram ao ministro do Equipamento, através de requerimento entregue no Parlamento, explicações sobre a forma como está a ser conduzido o concurso internacional para a duplicação do IP5.

O documento foi entregue na Assembleia da República na passada quarta-feira, seis dias depois da Assembleia Municipal de Viseu ter manifestado preocupação sobre esta questão espoletada por uma notícia do semanário «Expresso», com o título «Governo quer poupar na estrada da morte».

Segundo o referido periódico, uma empresa espanhola poderá ser a vencedora do concurso, apesar da sua proposta englobar troços da auto-estrada em que o IP5 se vai transformar com velocidades limite de 50 quilómetros por hora e declives nos acessos de 16 por cento, que, na prática, são impeditivos para serem transitados por veículos de grande tonelagem.

No texto que enquadra o requerimento, os parlamentares do PS José Junqueiro, Miguel Ginstal, João Sobral e Joaquim Sarmento afirmam: «Não tendo o Governo desmentido a notícia, os deputados socialistas de Viseu (...) requerem esclarecimentos sobre a

mesma e informação pomenorizada».

«Ali – na notícia – se refere dados relativos ao concurso da concessão, para a sua transformação em auto-estrada que, a serem verdade, sobretudo no que concerne ao peso específico dos critérios de avaliação final, deixariam a ideia inaceitável de que os critérios de segurança seriam secundaríssimos em relação ao preço», escrevem os deputados.

Os parlamentares referem ainda que «assim, passaria a ideia de uma proporcionalidade negativa entre preços e qualidade».

Recorde-se que todos os partidos da Assembleia Municipal de Viseu votaram favoravelmente duas propostas condenatórias desta possibilidade e o presidente da Associação Industrial da Região de Viseu (AIRV) desafiou todos os deputados por Viseu (quatro do PS, quatro do PSD e um do PP) a tomarem as providências necessárias para averiguar a situação e contestá-la com veemência.

O camarada José Junqueiro entende que «não há dúvidas de que a notícia não tem fundamento» e que «o ministro já o deixou claro numa conversa sobre este assunto». «Agora é uma questão de deixar isso institucionalmente clarificado para fazer chegar isso mesmo à Assembleia Municipal de Viseu», acrescentou.

DEPUTADA ROSA ALBERNAZ

União Interparlamentar

## RECONHECIMENTO DA MULHER COMO AGENTE DE CONSTRUÇÃO DA PAZ



«As mulheres tiveram desde sempre um papel preponderante na aproximação dos povos e das suas culturas, e neste campo específico muito se deve às mulheres migrantes e expansionistas», afirmou em Amã, na Jordânia, Rosa Albernaz, deputada do PS.

Rosa Albernaz falava na União Parlamentar, subordinada ao tema «Contribuição das mulheres para o diálogo entre civilizações e culturas», que decorreu de 30 de Abril a 6 de Maio, em Amã, na Jordânia.

Segundo Rosa Albernaz, «as transformações radicais que os descobrimentos europeus acarretaram para a história do mundo não podiam deixar de reflectir-se na condição da mulher», acrescentando: «Quando em terra estrangeira, foi a figura da mulher o gestor de novas ligações fundamentais. Muitas vezes a primeira a adquirir a língua segunda, foi frequentemente o veículo da manutenção

da língua própria.»

Hoje, referiu, «vive-se um momento em que se confirma as mudanças operadas no dobrar da década e no limiar de um novo século ao nível da paisagem política e económica internacional e em que a humanidade se vê confrontada com múltiplos desafios, com as pressões demográficas, a degradação ambiental, a globalização da economia, a intensificação da competição económica, transformações tecnológicas, as assimetrias e os desequilíbrios económicos e sociais». Daí que, adiantou, se, por um lado, «é correcta a promoção de um desenvolvimento e sustentável como um duplo objectivo final a alcançar», por outro, «não o deve ser menos o reconhecimento da mulher como um agente interveniente e decisivo desse processo e enquanto agente de construção da paz, de um mundo mulher, onde o humanismo e a tolerância continuem a ser a razão da nossa existência».

J. C. CASTELO BRANCO





DEPUTADO VÍTOR PEIXOTO

Concelho de Odivelas

## POR UMA GESTÃO MUNICIPAL INTERACTIVA



A organização e dinamização do poder local no século XXI passa pela urgência de encarar o cidadão na sua relação com o espaço urbano e enquanto sujeito de novos direitos a uma vida com qualidade. Foi esta a ideia dominante na intervenção que o deputado socialista Vítor Peixoto fez, no dia 3, na Assembleia da República. «A gestão municipal do futuro tem que ser, necessariamente, mais interactiva, englobando escolas, igrejas, associações patronais e sindicais, associações civis e outras, pelo que os actuais agentes políticos locais devem estar preparados para ser agentes de mudança num quadro de democracia avançada e de reconhecimento do policentrismo local», afirmou.

O parlamentar do PS falava na sessão plenária em que avançou algumas informações sobre o desenvolvimento do novo concelho de Odivelas, os seus problemas estruturantes e pendentes.

Vítor Peixoto falou em sete grandes de intervenção fundamentais para o desenvolvimento sustentado do referido concelho.

No que diz respeito à saúde, o deputado do GP/PS considerou «premente e urgente a construção de raiz do Centro de Saúde de Odivelas em substituição do actual, equipamento esse que é de extrema necessidade para os cerca de 60 mil possíveis utentes». Depois de referir alguns avanços na questão rodoviária do município em questão, Vítor Peixoto aludiu à estrada nacional 8 (Odivelas-Loures) que, segundo frisou, «requer uma atenção muito especial, considerando o seu estado de degradação».

«Registe-se também que foram cabimentadas verbas em sede de OE para a beneficiação das EN's 250 e 250/2 sob o impulso do GP/PS», declarou, acrescentando que «todas estas beneficiações se revelam de extrema importância para a melhoria das acessibilidades e rede viária do concelho».

Na área da requalificação ambiental, o deputado socialista destacou a elaboração de um projecto de reabilitação na zona ribeirinha do município de Odivelas, que, conforme explicou, «será um volte-face em matéria ambiental neste concelho e conferirá um novo rosto na entrada da cidade».

No que diz respeito ao sector do desporto, Vítor Peixoto salientou o projecto da Comissão Instaladora do Concelho que pretende criar um complexo desportivo municipal na Paia e construir uma piscina municipal na Ramada, bem como um pavilhão municipal em Odivelas.

«No âmbito da intervenção sócio-habitacional, tiveram ainda os deputados do GP/PS a oportunidade de analisar a situação dos moradores do bairro Mário Madeira, sito na Pontinha», declarou Vítor Peixoto, acrescentando de seguida que «em finais de 1996, num total de 1200 habitações sociais existentes, 400 estavam vendidas, outras 400 foram objecto de contrato-promessa de compra e venda e as remanescentes 400

permaneciam sem ser alvo de qualquer contratualização».

Congratulando-se com o facto de, actualmente, a situação ser «bem diferente», o parlamentar socialista adiantou estar já em vias de conclusão a escrituração das 400 casas que tinham sido objecto de contrato-promessa de compra e venda, embora saliente que continua a ser urgente a resolução do problema dos restantes 400 fogos. Sobre os Paços do Concelho de Odivelas, o deputado avançou que estes passarão a localizar-se na Quinta da Memória, «decisão essa que foi vital para a recuperação desta área integrada no núcleo histórico», segundo considerou. Ao terminar a intervenção, Vítor Peixoto fez referência a uma decisão do Governo socialista que catalogou como «histórica» pelos benefícios que comportará para Odivelas e todas as freguesias limítrofes. «Estou a reportar-me obviamente ao metro, o qual modificará de forma indelével a vida dos habitantes deste concelho», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO JOSÉ SARAIVA

Televisão

## PROJECTO LARANJA DE PRIVATIZAÇÃO DO CANAL 1 É ABSURDO E ABERRANTE



A nossa direita não tem emenda. Embora seja a esquerda que desde sempre defendeu o conceito de serviço público de televisão - numa lógica de televisão

ao serviço da cultura e língua portuguesas, aberta também a programas de qualidade vindos do estrangeiro -, é certo que na Europa a que pertencemos nenhum governo de direita ousou ou pensa sequer privatizar os respectivos canais públicos. Só que, sempre original no mau sentido, a nossa direita (por vezes ultraliberal e ultramontana) tem vindo a empreender uma campanha sistemática plena de demagogia contra o conceito de serviço público de televisão, que culminou com a apresentação de um projecto de lei de privatização do Canal 1, projecto esse que esteve em discussão no dia 4, na Assembleia da República.

Numa intervenção em que exemplificou, com dados irrefutáveis, as graves consequências culturais e financeiras de uma privatização do Canal 1 da RTP, José Saraiva, deputado do PS, partido de esquerda, classificou o projecto laranja de «absurdo, aberrante e lastimável».

Para além dos problemas financeiros que adviriam de uma privatização do canal 1 da RTP, José Saraiva referiu ainda outros «efeitos perversos». Assim, sublinhou, o projecto do PSD teria como consequência a entrada de mais um novo operador privado para a «guerra das audiências», com «todo o cortejo de irracionalidade programativa, onde impera, muitas vezes, o "lixo"».

### Privatização originária «boom» de telelixo

Segundo sublinhou o deputado do PS, «nenhum país europeu está a pensar em privatizar um canal público ou em mudar o conceito de serviço público. O actual "modelo", chamemos-lhe assim, é um património da Europa».

A terminar a sua intervenção, José Saraiva referiu ainda: «Ao opormo-nos à privatização do Canal 1 da RTP fazêmo-lo não puramente para contrariar a bondade demagógica do projecto. Opommo-nos porque mais do que nunca o serviço público deve ser constituído por uma programação que seja um ponto de referência. Isso só é possível com um canal generalista público, como é o canal 1 da RTP.»

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO

Viseu

## «REGIONALIZAÇÃO» DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO



É preciso que os portugueses saibam de uma vez por todas que a criação do ensino universitário público em Viseu é uma concretização do Governo do

Partido Socialista, que a equiparação das condições da Universidade Católica na universidade pública foi obra do Executivo do PS, que o excepcional desenvolvimento do IPV foi fruto da governação socialista, que a equiparação das condições dos colégios da Imaculada, Via-Sacra e Piaget às condições de ensino público não superior foi lograda pelo Governo PS.

Foi esta a mensagem que o deputado socialista José Junqueiro deixou, no passado dia 5, no Parlamento, numa ocasião que aproveitou para dizer ao País em geral e aos viseenses em particular «que a distinção das palavras cabe às oposições, especialmente ao PSD, e que o mérito das obras e das realizações concretas cabe ao Governo do Partido Socialista».

Afirmando categoricamente que o PS quer ser julgado pelo que fez e que as oposições sejam julgadas pelo que não fizeram, José Junqueiro reiterou que foi o PS que decidiu criar o ensino universitário público em Viseu,



«exactamente nos termos e na forma das palavras de António Guterres», que traçou ainda na década cavaquista.

«Ficou assim demonstrado que as palavras de Guterres e do Partido Socialista são as que previam o crescimento do ensino universitário público e a sua concretização em Viseu, a partir do modelo policentrado das instituições existentes, e não as que, maliciosamente, a oposição quer fazer passar», frisou, acrescentando que «a Lei de Organização e Ordenamento do Ensino Superior, recentemente apresentada pelo Governo na Assembleia da República, traduz esta perspectiva política e prevê a construção da base para o topo do ensino universitário público» em Viseu.

MARY RODRIGUES

## EUROPA QUER DESENVOLVER NOÇÃO AMPLA DE CIDADANIA

**A** construção da Europa política tem de ser acompanhada do desenvolvimento da noção de cidadania europeia, nomeadamente alargando e promovendo em cada Estado-membro os direitos sociais dos cidadãos europeus e criar melhores condições de negociação de mudanças. Estas foram algumas das conclusões da conferência sobre política social que terminou no dia 6, em Lisboa.

Denominada «A Europa, a globalização e o futuro da política Social», a conferência juntou ao longo de dois dias representantes dos Estados-membros da União Europeia, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, para reflectirem sobre o modelo social e o futuro da política social ao nível da globalização.

Das conclusões da conferência aberta pelo Presidente da República e cujo encerramento ficou a cargo do ministro da Solidariedade, Ferro Rodrigues, destacam-se a necessidade de adoptar mudanças que permitam aproveitar as oportunidades



e superar os problemas conhecidos e os que surgirão.

Apesar de passos considerados decisivos já dados pela Europa, com as reformas económicas, cumprimento do objectivo de estabilidade macroeconómica e a estratégia europeia para o emprego, os intervenientes na conferência referem que se torna necessária agora adoptar a

passagem destes domínios aos da coesão e da solidariedade, o que pressupõe passar às questões da protecção e das políticas de solidariedade e da inserção.

### Combinar competitividade e redistribuição

Trata-se de encontrar em cada Estado-membro – e depois de forma coordenada ao nível da Europa – a «policy-mix» que permita combinar competitividade e redistribuição, crescimento e justiça social, e que garanta a própria governabilidade em cada um dos países e em toda a região. Salientando que o «Mundo Globalizado tem

que ser um mundo de respeito pelos direitos humanos», os conferencistas referem também que a «nova economia» exige também em larga medida uma «nova protecção social».

Preconizam ainda que as medidas de protecção social devem contribuir para flexibilizar o mercado de trabalho, devendo assegurar simultaneamente níveis de segurança e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

No âmbito da capacidade redistributiva da protecção, «a oportunidade deve advir da possibilidade de nesse contexto ser mais fácil conseguir um círculo virtuoso entre crescimento da economia, crescimento de emprego e desenvolvimento das políticas de protecção social».

Ainda no plano normativo, os conferencistas representantes dos Estados-membros consideram que se está «perante a oportunidade» de se desenvolver a noção de cidadania europeia, nomeadamente alargando e promovendo em cada Estado-membro os direitos sociais dos cidadãos europeus.

Concluem ainda que, no plano europeu como nacional, «podem criar-se melhores condições de negociação de mudanças que se desejam com os actores interessados, designadamente com os parceiros sociais».

## SEGURO DEFENDE ALARGAMENTO DA UE POR RAZÕES DE SOLIDARIEDADE

O eurodeputado socialista António José Seguro defendeu no dia 9 o alargamento da União Europeia aos 12 países candidatos, «por razões de paz e de solidariedade».

Falando na Universidade do Algarve, em Faro, durante um debate sobre o Dia da Europa que hoje se assinala, o deputado do Grupo Socialista Europeu assegurou que o alargamento é uma garantia «contra as lutas fratricidas que podem dilacerar a Europa». Invocou a propósito as guerras recentes em países do Leste europeu.

«Com o alargamento obrigamos os países candidatos a partilhar os nossos valores mais profundos, designadamente o amor à liberdade e à democracia», afirmou, recordando que a Turquia não perfilha esses ideais, devido à existência de pena de morte no país.

«A solidariedade que os países mais ricos tiveram para conosco, aquando da nossa adesão, não será válida agora de nós para com outros?», interrogou de seguida, para justificar a segunda das razões apresentadas.

Segundo Seguro, «não podemos querer só para nós o que é bom e recusá-lo aos russos, aos eslavos, aos moldavos».

Seguro lamentou a «falta de visibilidade» do projecto inicial, de há precisamente 50

anos, quando o então ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Shuman, entregou a Jean Monnet uma declaração em que se propunha as bases da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, de que haveria de nascer a actual União Europeia.

«Neste momento em que a Europa luta por um novo estatuto, há egoísmos nacionais que estão a impedi-la de avançar», lamentou, reconhecendo que o Velho Continente «tem falta de liderança política». Justificando, asseverou que «falta gente» que responda a questões relativas à política de defesa e à sua ligação à NATO e aos Estados Unidos.

Apontando exemplos, nomeadamente por comparação com os Estados Unidos, elogiou o «humanismo» do projecto europeu, lamentando contudo a «falta de força política» para avançar com esses valores.

«Não nos resignamos à dualidade de os que mais têm serem cada vez menos e os que menos têm serem cada vez mais», afirmou, recordando que as trocas comerciais sextuplicaram em dez anos no planeta, pelo que em uma década a riqueza aumentou, «mas não para todos». São as desigualdades que a globalização capitalista tece.

## UE TERÁ PROGRAMA COMUM DE COMBATE À CRIMINALIDADE

O ministro da Justiça, António Costa, anunciou no passado dia 5 como prioridade da União Europeia a construção de um programa comum de combate à criminalidade na Europa, centrado nas áreas da violência urbana e associada à droga.

O governante falava no final de uma reunião sobre política comum de combate e prevenção da criminalidade, que decorreu nos últimos dois dias em Albufeira, no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia.

O ministro considerou concretizados os objectivos da reunião, ao anunciar um instrumento financeiro de combate à criminalidade, a ser apresentado ainda este mês e «que sirva de base quer às organizações governamentais quer aos Estados-membros».

«A Europa deixou de ter uma visão reducionista sobre política de segurança e tem hoje uma visão integrada e completa, assente não só nos mecanismos repressivos, mas numa política de prevenção do crime», disse aos jornalistas, no final da reunião de dois dias.

Na expressão do ministro, tal política preventiva contraria «o velho ditado português "depois de casa roubada trancas à porta", pois a Europa vai apostar em ter trancas à porta antes de a casa poder ser assaltada».

Um esforço que será seguido pelas futuras presidências francesa e sueca da União Europeia, mas cujo «pontapé de saída» teve lugar na actual presidência, precisamente na reunião de alto nível realizada em Albufeira.

O programa comum de combate envolverá a grande criminalidade organizada, designadamente o tráfico de droga e de seres humanos e o branqueamento de capitais, mas também a pequena criminalidade urbana e a pequena delinquência juvenil.

Pela parte portuguesa, António Costa anunciou o combate à reincidência na delinquência juvenil, «nomeadamente através da reforma que está em curso no Instituto de Reinserção Social, o que será um instrumento decisivo para aumentar a capacidade de acção nessa área».

## CIMEIRA MINISTERIAL DO ESTORIL APROVA CRIAÇÃO DE FUNDO CULTURAL

**A** cimeira de ministros da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que terminou no dia 6, no Estoril, aprovou a criação do Fundo Cultural-CPLP que contará com 100 mil contos como «verba de arranque», segundo Manuel Maria Carrilho.

O fundo, que poderá integrar, além dos ministérios da Cultura dos Sete, outras entidades públicas e privadas, destina-se a financiar acções em áreas como património, livros e bibliotecas, cinema e audiovisual e ainda espectáculo e artes visuais.

Segundo o Plano de Acção aprovado pelos ministros dos Sete - acompanhados por representantes de Timor-Leste -, os responsáveis pela Cultura da CPLP vão realizar cimeiras anuais, em regime rotativo, com a próxima prevista para o Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2001.

Na conferência de Imprensa que assinalou o final do encontro do Estoril, o ministro da Cultura de Portugal, Manuel Maria Carrilho, afirmou que se tratou de uma cimeira «que pode ser histórica na vida da CPLP», porque assumiu «o papel da cultura como cimento essencial» da comunidade.

O ministro português considerou que «não haveria CPLP sem esse traço comum».



decisivo também para projectar a comunidade no futuro.

Os representantes dos Sete anunciaram a instituição do dia 17 de Julho, data de proclamação da CPLP, como o Dia da Cultura Lusófona e a sua comemoração anual, com «manifestações concertadas entre os Estados membros».

Em resposta a um pedido dos representantes timorenses, a CPLP vai conceder um «apoio excepcional» à constituição da Biblioteca Central de Díli, que será suportado por Portugal e o Brasil e pelos demais Estados membros «que tenham disponibilidade para o fazer».

O projecto arrancará com uma verba de 20

mil contos concedida pelos dois países não africanos da comunidade, referiu Manuel Maria Carrilho.

### Os riscos da globalização

Na Declaração do Estoril, documento final da cimeira de carácter mais teórico, os Sete alertam para os riscos decorrentes da «globalização das economias», nomeadamente a possibilidade de «diluir as matizes culturais mais profundas, atentando contra uma diversidade que se impõe salvar».

Como formas de «contrariar um tal risco», os ministros apontam o «fomento dos intercâmbios culturais, o reforço dos laços históricos e a promoção de iniciativas comuns» destinadas a valorizar o espaço da expressão linguística a que pertencem.

Para valorizar a língua, a CPLP pretende

intensificar os esforços para que este «vasto património comum» que é o português seja mais ampla e frequentemente usado em organizações internacionais.

Além de se comprometerem a tentar facilitar a circulação de intelectuais, criadores e artistas e outros agentes culturais, os ministros manifestaram, no Estoril, a intenção de interceder junto dos seus governos e dos órgãos dos espaços de integração a que pertencem (no caso de Portugal, Espaço de Schengen) no sentido de se reduzirem os obstáculos alfandegários à circulação de bens culturais.

No capítulo das intenções, os responsáveis pela Cultura da CPLP afirmaram ainda o propósito de diligenciarem junto de organizações internacionais, incluindo instituições financeiras, para obterem financiamento para a «recuperação e valorização do património comum que se encontra ameaçado».

## SEIS MIL JOVENS JUDEUS NA MARCHA DOS VIVOS EM AUSCHWITZ

Cerca de seis mil jovens judeus de todo o mundo concentraram-se no dia 2 de Maio, em Oswiecim, nome polaco para Auschwitz (sul), para participar na Marcha dos Vivos, uma homenagem anual às vítimas do Holocausto.

A marcha deste ano contou com as presenças dos presidentes israelita, Ezer Weizman, e polaco, Aleksander Kwasniewski.

Os jovens, cuja idade média ronda os 17 anos, vieram sobretudo de Israel (1200), mas também dos Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Bélgica, Argentina e de outros países. A eles se juntaram 750 jovens polacos.

Repartidos em cerca de quatro dezenas de grupos, cada um guiado por um sobrevivente do antigo campo nazi, partiram como todos os anos do campo de Auschwitz para se concentrarem, a três quilómetros e meio de distância, nas ruínas do campo da morte de Birkenau, onde recitaram a oração judaica aos mortos (kaddish).

Esta é a 12ª edição do trajecto que seguiram os prisioneiros nos terrenos do antigo campo, desde Auschwitz a Birkenau, no qual pereceram nas câmaras de gás mais de um milhão de judeus e 300 mil cidadãos de outras etnias, a maioria polacos e ciganos.

Os presidentes israelita e polaco deram início à marcha ao princípio da tarde, junto do portão ornamentado com a célebre

inscrição «Arbeit macht frei» (O trabalho liberta), visitando depois o campo antes de pronunciarem um discurso e escreverem uma dedicatória no livro de ouro de Auschwitz.

Os marchantes vestiram na sua maioria casacos azuis com a inscrição em branco das costas: «Marcha dos Vivos» no meio da Estrela de David.

Muitos deles transportaram tábuas em madeira com os nomes dos familiares que morreram em Auschwitz.

As tábuas são colocadas na linha do antigo caminho de ferro que ligava aos dois campos da morte e onde chegavam os vagões de carga carregados de deportados de toda a Europa, para serem mortos nas câmaras de gás.

Antes da II Guerra Mundial, a população judaica na Polónia era de cerca de 3,5 milhões, hoje está reduzida a apenas 20 mil.

No final da tarde, foi celebrada em Cracóvia, a 30 quilómetros de distância, a cerimónia da entrega da Medalha dos Justos, que o Estado de Israel concede a quem se distinguiu na ajuda aos judeus durante a última Guerra Mundial.

Segundo dados apresentados na conferência de Estocolmo sobre o Holocausto, celebrada em Janeiro, apenas um terço dos cidadãos polacos sabe o que significa o Holocausto e mais de 40 por cento acreditam que Auschwitz é sobretudo o símbolo do extermínio do povo polaco.

## SITUAÇÃO MUITO CRÍTICA DOS DESLOCADOS E VITIMAS DA GUERRA

A tragédia em que se encontra mergulhado o povo angolano foi alvo de um relatório da ONU divulgado em Genebra.

No documento, a ONU considera que a situação humanitária em Angola poderá agravar-se tendo em conta os cerca de 3,7 milhões de angolanos afectados pela guerra civil, entre os quais 1,5 milhões de deslocados.

Este relatório, estabelecido após uma missão efectuada no início deste mês em 31 localidades de Angola e divulgado em Genebra pela Agência de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU (OCHA), denuncia a desnutrição e as condições sanitárias desastrosas em que vivem muitos angolanos.

Esta missão de uma semana, dirigida por Carolyn McAskie, coordenadora dos socorros de urgência da ONU, será seguida de uma segunda missão das Nações Unidas em Maio, que avaliará as necessidades logísticas e técnicas de forma precisa.

«A comunidade internacional deverá regulamentar esta crise rapidamente antes

que ela tome dimensões de uma grande tragédia humanitária», advertiu o porta-voz da OCHA, Donato Kiniger-Passigli. Sublinhou que o apelo se dirigia também ao Governo e às diferentes forças do conflito angolano.

Kiniger-Passigli reconheceu que todos os socorros eram complicados devido à insegurança e as minas espalhadas em certas regiões do território angolano.

O relatório afirma que a maioria dos deslocados depende da ajuda alimentar, uma vez que não têm nenhum outro meio de subsistência.

A maioria dos deslocados e pessoas em risco não têm acesso à água potável. Segundo a OCHA, nenhum dos centros de saúde visitados dispunha de medicamentos essenciais em quantidade suficiente e outros nem sequer tinham medicamentos.

A OCHA sublinhou também que as agências humanitárias têm dificuldades em executar os seus programas devido a atrasos nos vistos e autorizações para o encaminhamento de ajuda não-alimentar.

INE

Contra exclusão

## SEGURANÇA SOCIAL GANHA RELEVO

O Instituto Nacional de Estatística (INE) revelou, no dia 5, que a Segurança Social assume uma crescente importância no que toca à exclusão social, devido ao Rendimento Mínimo Garantido, que, em 1998, atingiu os 60 milhões de contos.

Os dados sobre a protecção social, em 1998, foram divulgados sexta-feira pelo INE, a propósito do Dia Mundial da Segurança Social, que se comemorou segunda-feira, dia 8.

Naquele ano, foram gastos, no País, 3 920 milhões de contos em prestações sociais, 41 por cento dos quais atribuídos pelos regimes de protecção social do sector privado (Segurança Social), 20 por cento pelos regimes de protecção social da função pública e 39 por cento pelos restantes regimes - Serviço Nacional de Saúde, entidades patronais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Associações de Socorros Mútuos, Fundos de Pensões, entre outros.

Em termos de cobertura dos diversos riscos por cada grupo de regimes, salienta-se a crescente importância da Segurança Social



no que diz respeito à exclusão social - em 1998, tornou-se responsável por cerca de 79,1 por cento das prestações concedidas nesta área - importância devida ao Rendimento Mínimo Garantido, que se situou na ordem dos 60 milhões de contos, segundo confirma o documento do INE. A mesma entidade salienta que, relativamente

ao conjunto dos diferentes regimes de protecção social, constata que a Segurança Social desempenha um papel substancial nas seguintes áreas do desemprego (cerca de 93,2 por cento do montante total de prestações concedidas nesta área foram atribuídas pela Segurança Social, tendo o subsídio do desemprego (atingido 133 milhões de contos); família (62,3 por cento, salientando-se o subsídio familiar a crianças e jovens que ascendem a 83 milhões de contos); velhice e sobrevivência (56,1 por cento, tendo a pensão de velhice atingido 725 milhões de contos e a pensão de sobrevivência 172 milhões de contos). Analisando apenas os regimes de segurança social, verifica-se que as pensões de velhice, invalidez e sobrevivência se situam entre as

principais prestações concedidas, comenta o INE.

Tal deve-se, em seu entender, ao elevado número de pensionistas (em 1998, existiam 2 432 mil pensionistas, correspondendo a 24,4 por cento da população residente em Portugal), devido à estrutura etária da população portuguesa (para cada cem indivíduos com menos de 15 anos, há 90 com mais de 64 anos).

Em 1998, à semelhança da tendência que se tem vindo a registar nos últimos anos, verifica-se que, apesar da evolução das receitas e despesas ser positiva, a cobertura das despesas da Segurança Social, por parte das suas receitas, tem vindo a reduzir-se cada vez mais.

Enquanto que as despesas aumentaram 10,4 por cento, em relação ao ano anterior, atingindo 2 193 milhões de contos em 1998, as receitas cresceram 8,8 por cento, traduzindo-se em 2 213 milhões de contos, adianta o INE.

As quotizações da entidade patronal constituem a principal fonte de receitas da Segurança Social, representando aproximadamente 42,6 por cento do total, seguindo-se-lhes as quotizações da pessoa protegida (24,6 por cento), as contribuições públicas (21,9 por cento) outras receitas (8,6 por cento e transferências (2,3 por cento).

Por outro lado, as prestações concedidas pela segurança social representam cerca de 73,6 por cento do total de despesas da segurança social, enquanto que os custos de funcionamento, transferências e outras despesas representam apenas 26,4 por cento.

CIÊNCIA

Guterres defende

## ENSINO EXPERIMENTAL PARA TODOS

O primeiro-ministro, António Guterres, disse, no dia 6, que o Governo pretende, até ao fim da legislatura, reunir as condições para que seja «obrigatório o ensino científico experimental das ciências em todos os graus de ensino».

«Um dos dramas que tinha o sistema educativo que encontramos há quatro anos é que o ensino das ciências se fazia na generalidade das escolas com uma componente experimental muito reduzida», salientou.

Mas «é impossível ter uma economia desenvolvida e moderna e pessoas para se afirmarem nessa economia se ao nível do sistema educativo a componente experimental não for valorizada», prosseguiu.

Daí deriva, segundo referiu, o grande esforço que tem vindo a ser feito pelo Governo, havendo neste momento 800 novos laboratórios equipados.

Guterres, que falava à Imprensa no final de uma visita ao Fórum Ciência Viva, patente no Parque das Nações, dirigiu um apelo à «comunidade educativa» e às autarquias para que em conjunto com o Executivo dêem as mãos com vista à concretização da componente experimental desde o ensino básico.

Evocando inúmeros exemplos que tinha acabado de ver durante a sua visita ao Fórum, António Guterres considerou que

mesmo no ensino básico «é perfeitamente possível, sem equipamentos muito sofisticados, com imaginação e sobretudo com empenhamento, realizar a referida componente experimental».

Os que em 1996 iniciaram o Programa Ciência Viva «difícilmente poderiam imaginar que viria a ter a dimensão e o impacto que hoje tem», observou o governante, acompanhado pelos ministros da Educação e da Ciência.

Mariano Gago, destacando a «nova responsabilidade social dos cientistas» na sua aproximação às escolas para a divulgação da ciência e das tecnologias, lembrou que o Programa abrange actualmente 600 mil alunos, sete mil professores e três mil escolas.

O programa foi lançado para a promoção da cultura científica e tecnológica, disse ainda Mariano Gago, ao mesmo tempo que explicava que muitos dos jovens que se viam nos stands do Fórum «passam as suas férias a trabalhar em laboratórios de investigação científica».

Muitos pais e avós «vão com eles às praias e às terras do nosso País ver a estrelas, contactar com astrólogos amadores, ou acompanhar equipas de geólogos ou de biólogos que lhes mostram como a terra é feita e o que acontece no mundo da natureza», afirmou ainda o ministro da Ciência.

SEGURANÇA SOCIAL

Solidariedade

## GOVERNO VAI ABRIR 300 LOJAS

O secretário de Estado da Segurança Social, Vieira da Silva, anunciou no dia 9, que, até ao final da actual legislatura, o Governo pretende colocar em funcionamento três centenas de Lojas de Solidariedade e Segurança Social em todo o País.

O governante falava aos jornalistas durante a inauguração da Loja de Solidariedade e Segurança Social de Arronches, distrito de Portalegre, tendo sublinhado que até ao final deste ano vão estar já em funcionamento outras 49 lojas, num investimento que ronda um milhão e 400 mil contos.

A rede nacional destes equipamentos compreende quatro tipos de lojas, definidos em função da população abrangida, nomeadamente: Loja Móvel - 1 a 4 000 habitantes, Mini Loja - 4 000 a 40 000 habitantes, Loja - 40 000 a 100 000 e a Loja Urbana para uma população com 100 000 a 150 000 habitantes.

O modelo-base de loja, criada numa tentativa de descentralizar os serviços dos

centros regionais e sub-regionais da Segurança Social, e de proporcionar uma maior proximidade ao utente, integra a prestação de serviço em cinco áreas funcionais principais - beneficiários, contribuintes, tesouraria, acção social e IGFSS.

A primeira Loja da Solidariedade e Segurança Social do País entrou em funcionamento em Maio do ano passado, tendo-se seguido as de Aljezur, Vila do Bispo, Loulé e Olhão, as quais têm tido sucesso junto da população devido às mudanças verificadas ao nível do atendimento: maior rapidez, maior eficácia e abertura à hora de almoço.

Até ao final de 2000, o Executivo socialista pretende abrir ainda Lojas de Solidariedade nas áreas de Beja (2), Évora (1), Portalegre (1), Algarve (4), Aveiro (2), Castelo Branco (2), Coimbra (3), Guarda (2), Leiria (2), Viseu (2), Lisboa (1), Loures (5), Santarém (6), Setúbal (3), Sintra (4), Braga (2), Bragança (1), Porto (2), Viana do Castelo (1) e Vila Real (3).

## FUNCIONAMENTO NORMAL NA GENERALIDADE DOS SERVIÇOS

O secretário de Estado da Administração Pública disse, no dia 9, que por todo o País a generalidade dos serviços públicos funcionaram normalmente e que a greve teve uma adesão inferior à de Fevereiro, convocada por apenas uma das centrais sindicais.

Alexandre Rosa repetiu na conferência de Imprensa de balanço da greve geral a ideia que expressou no Fórum da TSF de que a adesão à greve geral de terça-feira tinha ficado aquém das expectativas dos sindicatos e abaixo da greve de Fevereiro que «registou uma adesão entre os 18 e os 20 por cento».

«Grande parte das escolas estão a funcionar», garantiu, adiantando que nos distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém estavam encerradas 300 escolas, sobretudo devido à greve do pessoal auxiliar, verificando-se em apenas três a adesão conjunta do pessoal



auxiliar e docente.

«Na área da Direção-Geral de Educação do Norte estão fechadas 17 por cento das escolas», referiu.

Segundo o secretário de Estado, os serviços de saúde estavam a funcionar com regularidade em todo o País, embora alguns serviços aderissem à greve. A adesão dos médicos foi «extremamente baixa», segundo

declarou.

Alexandre Rosa adiantou que os serviços tutelados pelo Ministério das Finanças registaram uma adesão à greve de 10 por cento, enquanto o Ministério do Equipamento Social se ficou pelos 6,5 por cento.

«Do total de Conservatórias existentes no País só duas estão paradas, a de Viseu e a de Reguengos de Monsaraz, e os tribunais estão a funcionar em pleno», declarou.

Nos serviços tutelados pela Segurança Social, segundo o assessor de Imprensa do ministro, a adesão não chegou a 20 por cento, em todo o País.

O Algarve, com três por cento de adesão, foi o distrito onde se registou um menor índice, sendo Lisboa o distrito com mais grevistas, mesmo assim menos de 30 por cento.

«Todos os serviços estão a funcionar», disse, acrescentando que havia «um funcionamento considerado normal em 95 por cento dos casos».

Em relação à diferença nos números fornecidos pelos sindicatos e pelo Executivo foi Alexandre Rosa que explicou que os dados do Governo têm por base as pessoas que declaram que estão em greve.

A propósito, e questionado sobre o assunto, disse desconhecer situações em que chefes de serviço tenham tentado obter dos funcionários declarações de que iam fazer greve, mas assegurou que o Governo não apoia tais atitudes.

«A greve é o exercício legítimo de um direito», reafirmou, adiantando que o Executivo socialista encara a situação «com tranquilidade e consciência de dever cumprido».

«Fomos o mais longe possível no quadro das possibilidades do País», frisou, acrescentando que «ao contrário do que dizem os sindicatos o aumento dos salários variou entre 2,5 e 5,2 por cento e o das pensões entre 2,5 e 6,5 por cento».

## PROENÇA REITERA CRÍTICAS À POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL DO GOVERNO

O reeleito secretário-geral da UGT, João Proença, criticou no dia 7 a política económica e social do Governo.

João Proença, na sua intervenção de encerramento do VIII Congresso da UGT, realizado na Culturgest, em Lisboa, deixou um aviso ao Executivo socialista: tem de escolher entre a via do diálogo e a do conflito.

O líder da UGT considerou insustentável que os salários e as pensões continuem tão baixos e que o Governo continue a conduzir uma política que contribui para o aumento do desequilíbrio da distribuição da riqueza. «É inaceitável que o Governo continue a confundir as empresas com os empresários limitando-se a dialogar e a favorecer estes e não ouvindo o conjunto dos que trabalham nas empresas», disse, acrescentando que a UGT não aceita que a negociação colectiva continue bloqueada.

«O Governo tem de ouvir os trabalhadores da Administração Pública e a greve de dia 9 vai obrigá-lo a isso», disse João Proença, acrescentando que a UGT privilegia os acordos mas não foge do conflito.

Salientou ainda o crescente descontentamento dos trabalhadores que se tem reflectido no aumento da conflitualidade social.

«Somos um país da União Europeia e queremos aproximar-nos gradualmente das condições de vida dos restantes membros», acrescentou.

Depois de lembrar os principais pontos do programa de acção para os próximos quatro anos, aprovado no congresso, João Proença deixou claro ser vontade da UGT reforçar a unidade na acção com as estruturas sindicais da CGTP.

No último dia de trabalhos do congresso,

que decorreu sob o lema «Por um País Desenvolvido e Solidário», foram também eleitos a Mesa do Congresso, o Secretariado Nacional, o Conselho de Disciplina e o Conselho Fiscalizador de Contas.

Estes órgãos, que foram eleitos com cerca de 90 por cento dos votos expressos,

tomaram posse antes do encerramento do Congresso.

Os delegados à reunião magna da UGT aprovaram por unanimidade e aclamação, várias moções: uma de solidariedade para com o povo de Moçambique vítima das cheias, outra de apoio ao povo de Timor, outra a apelar à participação na manifestação europeia pelo emprego, que se realiza no Porto a 19 de Junho, e outra de apoio à greve de dia 9 na administração Pública.

Nos três dias de trabalhos do VIII Congresso da UGT foram aprovadas várias alterações de estatutos que permitem o alargamento do Secretariado Nacional e do Secretariado Executivo e a criação de uma Comissão Permanente.

### Pela criação de emprego com qualidade

Foi também aprovado o documento programático que define as reivindicações da central nos próximos quatro anos e que aposta na criação de emprego com qualidade, na convergência dos salários e pensões, na promoção dos direitos sociais, na valorização do trabalho e no reforço do diálogo social.

No documento, a central da Buenos Aires defende ainda a redução do horário semanal de trabalho para as 35 horas e promete combater o trabalho ilegal e o trabalho infantil, assim como o emprego precário.

### Aprovado documento programático para os próximos quatro anos

O VIII Congresso da UGT aprovou o documento programático para os próximos quatro anos que aposta na promoção do emprego com qualidade.

Neste caderno reivindicativo, que foi aprovado com quatro abstenções, a UGT faz uma análise dos últimos quatro anos da vida político-sindical e define os instrumentos de trabalho para os seus sindicatos para o próximo quadriénio.

No documento, a central sindical da Buenos Aires compromete-se a lutar por mais e melhor emprego, pela convergência real dos salários e das pensões e das condições de vida e de trabalho, pelo respeito e promoção dos direitos sociais, pela valorização do trabalho e pelo reforço do diálogo social.

No vasto documento, com mais de 100 páginas, a UGT defende ainda o crescimento do consumo interno e a modernização das empresas tendo em conta a dimensão social.

A redução do horário de trabalho semanal para as 35 horas, a generalização das cinco semanas de férias e do subsídio de desemprego, são outras das reivindicações da UGT, que promete ainda combater o trabalho ilegal, o trabalho infantil e o emprego precário.

Este documento programático mostra que a UGT assume estar perante dois desafios: pretender reforçar a sua acção nas empresas, mas também a nível internacional, cortando com a tradição que os sindicatos têm seguido até hoje, intervindo mais a nível sectorial e nacional.



## Amarante

### Câmara reforça autonomia das escolas

O município de Amarante vai transferir, este ano, para as escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância um total de 17.600 contos, no âmbito da sua política de descentralização de competências.



O objectivo é proporcionar aos estabelecimentos de ensino alguma autonomia financeira e uma gestão mais eficiente dos recursos que anteriormente eram geridos pela Câmara, juntas de freguesia ou delegação escolar.

## Cascais

### Campanha de vacinação anti-rábica

Decorre até ao final de Maio mais uma campanha de vacinação anti-rábica promovida pelo município de Cascais.

A campanha de vacinação destina-se aos cães com quatro meses de idade ou mais, existentes na área do município.

Os interessados poderão vacinar os seus cães no posto de vacinação anti-rábica, Av. 25 de Abril, nº 864, em Cascais, ou no posto móvel de vacinação que vai percorrer todo o concelho.

Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone 214825434.

## Fafe

### Concurso de fotografia

A Câmara Municipal de Fafe vai promover um concurso de fotografia, intitulado «Um Olhar sobre Fafe».



O concurso tem como objectivo incentivar um maior e melhor conhecimento e valorização do património do concelho (natural, construído e humano). Os trabalhos poderão ser entregues até ao dia 31 de Maio.

## Faro

### Autarquia promove convívio no Dia Mundial da Criança

Na manhã do próximo dia 1 de Junho, Dia Mundial da Criança, a Câmara Municipal de Faro vai organizar um convívio destinado aos mais jovens, que irão dar largas à sua alegria no agradável parque que é a Alameda João de Deus.



Cerca de 3000 crianças poderão assistir ou participar nas diversas acções de animação levadas a cabo pela autarquia, entre as quais se destacam os torneios desportivos, os insuláveis e a música. Para além disso, a autarquia oferecerá a um lanche e um brinde-surpresa a cada criança. Estas actividades lúdico-desportivas contam com a preciosa colaboração das escolas, infantários, creches, bem como dos professores e outros responsáveis destes estabelecimentos de ensino.

## Felgueiras

### Foca Fashion 2000

O Foca-Clube de Natação de Felgueiras levou a efeito, no passado dia 6, um espectáculo de moda intitulado «Foca Fashion 2000», que decorreu na piscina municipal.

Este evento teve como pano de fundo o desfile, no qual participaram vários atletas do clube felgueirense, vestidos com roupas de lojas da cidade.

Para abrilhantar a festa, houve actuações da Tuna Académica do ISCE, de aeróbica e natação sincronizada.

## Lisboa

### Câmara põe idosos a tomar conta de jardins

A Câmara Municipal de Lisboa está a promover até 26 de Maio um curso de formação ambiental para idosos

desempregados, que poderão passar a ocupar os tempos livres cuidando de jardins da capital.



O curso «Guardiões do Ambiente» é essencialmente prático, na vertente de jardinagem, mas compõe-se também de uma parte teórica.

Ambiente, educação ambiental, património histórico, fauna e flora são algumas das temáticas abordadas, no âmbito do qual se integra o curso.

Na vertente prática, os formandos aprenderão a fazer jardinagem, compostagem e poderão, ainda, trabalhar na manutenção de plantas em viveiro.

Os técnicos de ambiente da autarquia integram o grupo de responsáveis pela formação, mas o curso, a decorrer até 26 de Maio, conta ainda com a colaboração de Organizações não Governamentais de ambiente, como a Associação Nacional de Conservação da Natureza (Quercus), Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) e Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA).

O município pretende, com esta iniciativa, contribuir para a melhoria da qualidade ambiental de Lisboa, através do desempenho, em regime de voluntariado, de funções socialmente úteis nos espaços verdes da cidade, à semelhança do que já acontece com cinco idosos que realizam actividades de sensibilização nos Jardins da Estrela e do Príncipe Real.

O trabalho dos «Guardiões do Ambiente» passa por vigiar os jardins, alertando os visitantes para a vantagem de pequenos gestos como não pisar canteiros ou não passear os cães sem trela.

O tempo dos «guardiões» pode ainda ser ocupado a praticar jardinagem em alguns canteiros que lhes são atribuídos nos espaços verdes onde trabalham.

Esta iniciativa proporciona a pessoas idosas, reformadas ou desempregadas, a possibilidade de ocuparem o tempo de forma útil para elas, para o ambiente e para os visitantes dos espaços verdes, uma vez que enquanto trabalham, melhoram a qualidade ambiental e valorizam os conhecimentos, transmitindo-os a outros.

A acção de formação dos «Guardiões do Ambiente» decorre na Escola de Jardinagem - Quinta Conde D'Arcos, no Parque Ecológico de Monsanto, na Vila Correia, na Quinta das Conchas, no

Parque do Calhau e em estruturas verdes. Há algumas regras de formação, como a assiduidade na frequência do curso, que só admite 15 participantes, e a obrigatoriedade de uma avaliação final de conhecimentos não rigorosa. Mas não há reprovados, uma vez que quem frequentar o curso tem sempre a garantia do diploma e da colocação num jardim.

## Povoação

### Aprovada Gerência de 99

A Conta de Gerência relativa a 1999 da Câmara Municipal da Povoação foi aprovada pela Assembleia Municipal.

Do relatório destaca-se que foram arrecadados 381 mil contos de receitas correntes, tendo sido processados 409 mil contos de despesas correntes, o que perfaz uma execução de 107 por cento.

## Santo Tirso

### V Feira das Tasquinhas

A Praça 25 de Abril foi o local escolhido para receber desde o dia 5 e até dia 14 a V Feira das Tasquinhas de Santo Tirso, um evento organizado anualmente pelo município de Santo Tirso com o objectivo de divulgar e promover a gastronomia da região.



Na edição deste ano, participam 12 tasquinhas. O certame tem ainda duas componentes complementares importantes: a animação musical e uma mostra de artesanato.

## Vila Real de S. António

### Câmara investe no desporto para todos

Estão já abertos a toda a população os novos passeios pedonais e circuito de manutenção integrados no complexo desportivo municipal.

Com mais este investimento camarário, a população em geral passa a poder utilizar as excelentes condições para a prática desportiva existentes no concelho, que têm atraído milhares de atletas nacionais e estrangeiros e competições desportivas.

## PS EM MOVIMENTO

### CAMPO DE OURIQUE **Mortes**

A Secção de Campo de Ourique está de luto. Carlos Alberto Lopes Martins (Becas) e Jesuíno Santana João Noronha, destacados militantes desta estrutura, faleceram no passado fim-de-semana.

Segundo sublinhou o camarada Flávio Fonte, secretário-coordenador da Secção, «a morte destes dois camaradas é uma grande perda para a Secção e para o PS. Eram dois militantes históricos que estiveram sempre na linha da frente nos grandes combates travados pelo PS».

As famílias enlutadas do «Acção Socialista» apresenta as mais sentidas condolências.

### MATOSINHOS **Homenagem a Narciso Miranda**

Os cidadãos anónimos não esquecem o homem que transformou Matosinhos, tendo como bandeira os valores da liberdade, igualdade e fraternidade.

Assim, o povo de Matosinhos, que tem memória, resolveu homenagear o camarada Narciso Miranda, pela notável obra desenvolvida enquanto presidente da Câmara de Matosinhos.

O camarada Narciso Miranda afirmou-se na passada sexta-feira à noite «contaminado pelo vírus do amor» na sequência de um jantar em sua homenagem que reuniu mais de 2500 pessoas no Pavilhão de Desportos e Congressos de Matosinhos.

«Eu contaminei-me sempre (com o vírus do amor), contaguei-me sempre com mensagens tão fortes, significativas e generosas como as que os cidadãos anónimos de Matosinhos me transmitem», afirmou no final do jantar.

Na sua intervenção, Narciso Miranda realçou à exaustão a sua relação afectiva com «a gente anónima» de Matosinhos, «gente solidária e com memória».

Narciso Miranda afirmou não considerar nenhum dos presentes ou ausentes «ingratos por só agora tomar a iniciativa» de o homenagear, cinco meses depois da sua saída da Câmara Municipal de Matosinhos.

«Nesta terra, ingratidão é palavra que não passa pela cabeça da maioria das pessoas», acrescentou, assegurando que tentou impedir a realização do jantar e que só o aceitou quando lhe garantiram que se realizaria com ou sem a sua presença.

Numa alusão ao slogan do jantar, «Matosinhos tem memória», Narciso Miranda afirmou que também ele a tem e que o conchelo «no coração».

Elogiou também o poder local português, «a maior vitória do 25 de Abril», e sublinhou a felicidade que provoca a quem o exerce.

Depois de recordar episódios da sua vida, na presença do seu pai e de familiares e amigos de Barroelas, Viana do Castelo, onde nasceu, Narciso Miranda afirmou que «agora já não é um menino rebelde».

#### Um grande socialista

No jantar, estiveram presentes, entre outros, o ministro Alberto Martins e o ex-líder da UGT, Torres Couto, enquanto Jorge Coelho enviou uma mensagem através da qual deixou «um grande abraço de amizade, solidariedade e camaradagem a um grande homem, um grande cidadão e, convém dizê-lo, um grande socialista».

Referindo-se a Narciso Miranda como «um excelente governante», o ministro afirmou que «felizmente há quem teime em não esquecer aquilo pelo que vale a pena estar na política nem aqueles que a vivem com verdadeira convicção e empenho».

«Sei, sabemos, que Matosinhos tem memória... mas sei também que, até agora, também eu tenho memória e que continuo a gostar de fazer uso dela», acrescenta Jorge Coelho na carta. Numa tentativa de demonstração de que a homenagem era partidária, interveio no jantar o militante do PSD número 451, José Silva, que recordou que Narciso Miranda sempre ganhou as eleições com o voto dos matosinhenses.

O secretário de Estado, que entrou no pavilhão ao som da música «We Are The Champions», dos Queen, recebeu também a homenagem de dezenas de associações e ranchos folclóricos do conchelo.

### PORTO **Eleições na Concelhia**

O Secretariado nacional do PS recebeu no dia 9 um pedido de anulação da convocatória das eleições para a Comissão Política Concelhia do Porto, agendadas para o dia 27 deste mês.

O pedido de anulação da decisão da Comissão Política Concelhia do PS/Porto foi entregue pelo chefe de gabinete do líder do GP/PS, Laranjeira Vaz, ao secretário nacional do partido para a Organização, António Galamba.

Segundo Laranjeira Vaz, a decisão de antecipar as eleições na Concelhia do PS/Porto, tomada por Orlando Gaspar, não foi objecto de qualquer prévia divulgação junto das restantes concelhias e secções do partido.

O camarada laranjeira Vaz acusa ainda o Secretariado da Concelhia do PS/porto de ter «ultrapassado largamente as competências que lhe estão cometidas nos termos estatutários, passando por cima da própria Comissão Política Concelhia» dos socialistas portugueses.

### Guterres reuniu com a TSS

O secretário-geral do PS, António Guterres, reafirmou a preocupação do seu partido em «melhorar a regulação do mercado de trabalho e combater as violações à legislação laboral».

O camarada António Guterres, que falava no final de um encontro da Tendência Sindical Socialista, disse que esta preocupação «tem a ver com a própria fiscalização da inspecção do trabalho e o funcionamento dos tribunais».

Tem ainda a ver, disse, com «o combate a formas ilegais de trabalho» e o controlo ao trabalho de pessoas imigradas em Portugal.

Lembrando que o desemprego tem vindo a baixar sempre em Portugal desde há 40 meses, Guterres salientou a importância de melhorar a formação profissional das pessoas, afirmando seu empenho em que em 2006 cerca de 10 por cento dos trabalhadores estejam abrangidos por acções de formação.

Interrogado sobre a subida das taxas de juro do Banco Central Europeu, fez questão de salientar que foi um aumento de 0,25 por cento, e que ainda se recordava do tempo em que em Portugal havia aumentos das taxas de 5, 10 e até 15 por cento.

«Agora estamos a falar de aumentos que são de 0,25 por cento e que, mesmo acumulados ao longo de mais de um ano, atingem apenas 1 por cento, depois de terem baixado nos últimos quatro anos porventura 10 ou 15 por cento», considerou ainda.

### Camarada Fernando Valle já teve alta e encontra-se bem disposto

O camarada Fernando Valle, presidente honorário do PS, já teve alta dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) e encontra-se bem disposto, revelou no dia 5 o seu filho, Mário Valle.

Mário Valle, vereador na Câmara Municipal de Arganil, revelou que o pai teve alta na passada quinta-feira do Serviço de Neurocirurgia dos HUC, onde fora internado há uma semana para ser operado a um hematoma cerebral.

«Está bem disposto e encontra-se recuperado», revelou Mário Valle.

Fernando Valle, insigne democrata, um dos fundadores do PS, completa 100 anos no dia 30 de Julho e foi recentemente homenageado em Coimbra num jantar comemorativo do 27º aniversário do PS, em que esteve presente o secretário-geral, António Guterres, e vários dirigentes do partido, bem como diversos membros do Governo.



**Palma Inácio**  
**Homenagem Nacional**

**Estufa Fria - Lisboa**  
**13 Maio 12.30**

**Inscrições**  
Almoço - 2.900\$00  
Almoço e Medalha - 4.000\$00  
(Pagamento à entrada)

**Biblioteca-Museu**  
**República e Resistência**  
Estrada de Benfica, 419  
1500-078 Lisboa  
Tel. 217 742 402/3  
Fax: 217 782 681

**Outros contactos**  
Tel. 213 822 000 Fax. 213 822 016  
Tel. 213 465 160 Fax. 213 421 820  
Tel. 218 121 070 Fax. 218 152 496



## A UE E OS 500 ANOS DO BRASIL

**D**ois terços da presidência portuguesa já lá vão. Das duas grandes iniciativas do Governo português, uma teve inegável sucesso, embora os resultados concretos tenham de ser ainda avaliados - o Conselho Extraordinário de Lisboa sobre a «nova economia e o emprego: para uma sociedade de conhecimento» - outra, francamente menos, a Cimeira do Cairo, «União Europeia África» - cujo mérito consistiu, quase exclusivamente, no facto de se ter realizado, sem que se tenha discutido o fundo das questões que afligem África nem qualquer estratégia de conjunto para as ultrapassar.

A data simbólica dos 500 anos da descoberta do Brasil não foi suficientemente aproveitada em termos da nossa presidência da União Europeia. Poderia ter sido? Acho que sim. Se a efeméride tivesse sido articulada com um encontro União Europeia/Mercosul ou com algum outro acto simbólico que realçasse as relações entre a Europa e a América Latina, protagonizado por Portugal e pelo Brasil.

É certo que as comemorações dos 500 anos ainda não terminaram. Em 7 de Setembro, data emblemática da independência do Brasil, o primeiro-ministro português, como chefe do Executivo, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso deveriam encontrar-se em Brasília para assinar o novo Tratado de Amizade entre Portugal e Brasil. Abrir-se-ia então uma nova oportunidade de articulação, embora a presidência da União Europeia seja assumida então pela França. O encontro julgo que se mantém. Mas, por razões que ignoro, o texto do Tratado acabou por ser assinado pelos dois ministros dos Negócios Estrangeiros numa cerimónia, em Porto Seguro, na qual falaram apenas o Presidente brasileiro e o ministro português! Curiosamente, o Tratado não foi dado a conhecer - nem sequer à Comissão de Honra das Comemorações - nem devidamente divulgado e discutido, que eu saiba, leitor atento que sou dos jornais portugueses e brasileiros. Estranha forma de suscitar o interesse pelo que deveria estar no cerne das comemorações: a participação da sociedade civil e dos responsáveis políticos na construção das nossas relações futuras, luso-brasileiras, com o objectivo fundamental de se chegar a um melhor conhecimento recíproco entre os dois povos irmãos...

Abro aqui um breve parêntesis para comentar a viagem do Presidente de Portugal ao Brasil, em que tive a honra de participar, a convite de Jorge Sampaio. Muito se escreveu sobre o acessório e pouco sobre o essencial. Empolou-se o «protesto» dos índios e a movimentação

social dos «sem-terra». Ao primeiro - que foi de tipo um tanto folclórico - respondeu, com serena dignidade e sem concessões, o Presidente português no excelente discurso que proferiu, após o almoço que lhe foi oferecido em Porto Seguro; à segunda - que representa um movimento de fundo de consequências sociais sérias para o Brasil - tentou responder o Presidente brasileiro num discurso, também excelente, prospectivo e progressista, feito na mesma única ocasião. Terão sido meditados ou sequer lidos (como deviam) os discursos referidos? Ou os seus ecos ter-se-ão perdido no amontoado das imagens e das notícias sobre as manifestações de protesto, a barragem policial, as agressões e a chuva incómoda e às vezes diluviana? Temo que fosse isso o que acabou por acontecer. Foi pena, grande pena, que a cerimónia não pudesse ter sido realizada, como previsto, no sítio designado - a Coroa Vermelha - e que a chuva e os protestos tivessem impedido a visibilidade da grande regata atlântica. Mas nada - diga-se - conseguiu arrefecer o efeito simbólico da data que se comemorou nem o calor da amizade luso-brasileira, como alguns brasileiros mais responsáveis reconheceram. Refiro, por todos, como exemplo, o artigo de invulgar clareza e qualidade de Hélio Jaguaribe, um dos maiores intelectuais do Brasil de hoje. Ora essa amizade não é mais, apenas, de carácter afectivo ou meramente retórico: expressa-se em números e realidades concretas, no valor do investimento português, no Brasil, e no movimento da emigração brasileira para Portugal, (que pela primeira vez ocorre!) bem como na auto-confiança dos portugueses que vivem no Brasil - expressa na forma eufórica e emocionada do acolhimento ao Presidente português, na recepção que teve lugar no Palácio de São Clemente, no Rio de Janeiro. Por outro lado, nota-se hoje uma consciência clara das elites brasileiras quanto à importância que tem o moderno Portugal (democrático e europeu) para o Brasil. Não esquecem, igualmente, que o nosso 25 de Abril constituiu a mais importante matriz para a transição democrática brasileira. O que, porventura, em termos públicos, não terá sido, durante a viagem presidencial, suficientemente explicitado.

Recorde-se que houve esplêndidas exposições que evidenciaram o cruzamento e a inter-influência das duas culturas: a excepcionalíssima exposição brasileira de São Paulo, relativa aos 500 anos do Brasil - a maior e a mais completa jamais realizada na América Latina; a exposição de azulejaria do século XX português, de uma riqueza e originalidade que nos honra, no antigo Paço Real do Rio de Janeiro; a excelente e comovente

exposição de fotografias de Portugal «Olhares cruzados», organizada no «mais belo museu do mundo» - o Museu Óscar Niemeyer, de Niterói - pela Fundação Ricardo Espírito Santo, sob a orientação, de um profissionalismo impecável, de Maria João Bustorf (a mesma Maria João que, por todo o Brasil, tem vindo a fazer uma obra inestimável de restauro do património histórico e artístico português). Entre muitas outras exposições, realizadas e previstas, que deverão ocorrer ainda, em Portugal e no Brasil. Para não falar das inúmeras publicações e livros valiosíssimos, que vêm sendo editados, em Portugal e no Brasil, sobre os 500 anos e dos congressos e colóquios, cobrindo os grandes temas luso-brasileiros, organizados sob a direcção experimentada de Ernâni Lopes. Ou ainda da missa solene e ecuménica, comemorativa da primeira missa realizada na América Latina, que teve lugar no local do desembarque de Pedro Álvares Cabral. Mas, ao que parece, também a missa não terá corrido da melhor maneira. Ao insólito pedido de desculpa aos índios, da parte do delegado da Cúria (desculpa porquê? Terá sido esquecido o legado do nosso Padre António Vieira, que tanto defendeu os índios...?) respondeu a impertinência arrogante de um «índio» de serviço, que recusou pura e simplesmente as desculpas. É caso para perguntar: até onde nos conduzirão o espírito de abdicação, relativamente aos nossos valores e o ilegítimo complexo de culpa demonstrados?

O Brasil - como, aliás, a África Lusófona ou a Ásia, onde existe memória portuguesa - olham-nos com outro interesse e curiosidade (para não dizer, respeito!) desde que somos membros de pleno direito da União Europeia. É uma evidência. Sempre o disse e vem a propósito repeti-lo uma vez mais, agora. Para quê? Para sublinhar que não devemos deixar esquecer - nos momentos próprios - a complementaridade profunda que existe entre a nossa participação activa na construção europeia e os interesses permanentes que temos - não só históricos ou linguísticos - no Atlântico (Cabo Verde, Brasil, África) e por toda a parte onde vive e trabalha a diáspora portuguesa (Canadá, Estados Unidos, Brasil, Venezuela, Argentina, África do Sul, África Lusófona, Europa) e que deverão ser, cada vez mais, dinamizados ao serviço de uma estratégia concertada de defesa da economia portuguesa e da nossa língua comum.

A singularidade de Portugal na União Europeia reside nessa memória histórica e, simultaneamente, neste presente extra-europeu que tem vindo a fazer sentido e a valorizar-se, após a descolonização, apesar das vicissitudes conhecidas de alguns

países africanos lusófonos. Tem, aliás, um valor económico e cultural acrescentado para a União Europeia. Não o devemos, por isso, menosprezar: constitui uma mais-valia de enorme significado.

Não devemos, assim, perder qualquer oportunidade de pôr em relevo aquilo que nos individualiza na União Europeia e que terá de se traduzir numa estratégia clara e diferenciada em relação aos outros países europeus e, nomeadamente, em relação a Espanha, por melhores que sejam - como são - as relações entre os dois países ibéricos. A Espanha que, não o esqueçamos, tem uma política muito articulada em relação à Ibero-América e de intransigente defesa da língua espanhola, mesmo no que respeita aos Estados Unidos.

Ora, em tempo de globalização das economias - e dada a recente e sintomática apetência de Espanha por sectores económicos chaves da economia portuguesa, sem que tenha havido, ao que parece, um elemento cuidado de diversificação, da nossa parte, privilegiando outros países europeus e até os Estados Unidos - é importante que Portugal, país pequeno, um pouco à semelhança do que faz Israel, ainda que noutro plano, não se limite apenas a valorizar o pequeno rectângulo europeu na Península (e, obviamente as regiões autónomas) e aprenda a tirar partido, em todas as oportunidades, da sua excepcional posição geoestratégica no Atlântico, a valorizar a memória da sua presença nos cinco continentes e, sobretudo, o presente da sua diáspora e dos interesses económicos e culturais que têm vindo a desenvolver-se e que hoje voltam a estar repartidos por várias regiões do mundo.

É bom que a União Europeia, quando se refere a Portugal, tenha sempre em conta esse valor acrescentado, que é singular no todo europeu. Timor, Macau, agora os 500 anos do Brasil foram excelentes oportunidades para o lembrar. Haverá outras, se tivermos imaginação e espírito de iniciativa. Por isso, talvez devêssemos fazer como a França que tem um ministro dos Estrangeiros (Hubert Védrine) e outro para os Assuntos Europeus (Pierre Moscovici). Seria uma forma, porventura eficaz, de dar um novo dinamismo e criatividade à nossa política externa (incluindo o comércio externo), que cada vez mais deve estar no centro das nossas preocupações nacionais. Mas uma política externa, para ser eficiente, implica uma enorme consciencialização nacional acerca dos objectivos que prossegue e uma participação efectiva, a todos os níveis, dos responsáveis políticos e, tanto quanto possível, da sociedade civil.

In «Expresso»





## LEGISLAR MELHOR NA UNIÃO

### I. Como um ruído de fundo...

**1.**

«Legislar bem! Legislar claramente! Menos, se possível; mas (se necessário...) melhor.» Este parece ser o ruído de fundo que acompanha as petições dos cidadãos, quando nos interpelam sobre o alcance da lei europeia e a sua relação com – ou prevalência sobre – as normas nacionais e, bem assim, quando procuram saber se, em determinadas situações que os preocupam, detêm um verdadeiro direito subjectivo (que pode ser reconhecido em juízo) ou possuem um mero interesse legítimo (que nenhum juiz poderá ou quererá garantir).

2. Como que ilustrando esse ruído de fundo, as petições ao Parlamento Europeu começam frequentemente por constituir uma denúncia flagrante do excesso de normas em vigor e das suas contradições, lacunas, sobreposições, falta de clareza, mera aproximação ou imprecisão. Em suma: «O cidadão já não suporta mais.» Se não remediarmos este problema, corremos o risco de ver os cidadãos alienarem-se das instituições europeias e dos seus representantes: o cidadão comum poderá sentir-se definitivamente desencorajado no seu esforço de fazer valer os direitos que a comunidade lhe reconhece, se para isso tiver que possuir um grau de conhecimento das leis, dos *dossiers* e das pessoas que não está ao seu alcance. Por outro lado, sairiam privilegiados todos aqueles que tivessem acesso à ajuda de *consultores* e *conselheiros* - cujos gabinetes se foram multiplicando por toda a parte e que, mediante um preço adequado, ajudam os particulares a orientar-se nos meandros comunitários... E, assim, voltaríamos a uma sociedade dual, com «perdedores» de um lado e «vencedores» do outro, que deve a todo o custo ser evitada.

3. Expressão de uma regalia que se esbate a nível nacional, sem ser consolidada a nível superior, a lei europeia é demasiada vezes tudo menos clara, simples e precisa – como o desejariam os cidadãos e os agentes da vida económica e social ou até os juristas. A falta de precisão, uma formulação apenas aproximada e uma indefinição na hierarquização das normas dificultam muitas vezes a apreensão dos direitos e obrigações decorrentes da lei: a norma não desempenha a sua função primária de disciplinar uma matéria e acaba por ser ela própria fonte de conflitos. A complexidade das disposições legislativas e a sua multiplicação *doentia*, provocam uma «disonância ambiente», que se traduz numa incompreensão do direito aplicável: inúmeras petições que nos chegam comprovam isso mesmo.

4. O direito constitui um instrumento privilegiado, devido ao seu carácter normativo, que permite associar a uma circunstância o efeito jurídico que se reputa adequado; mas pode igualmente decidir se um determinado facto terá o estatuto de facto jurídico. Como qualquer fenómeno em rápida evolução, o direito tem por vezes *dificuldades* em «acompanhar a realidade»: partilha o destino das outras ciências humanas, que parece terem entrado em crise (muito embora tenha sido sobretudo a inteligibilidade das nossas sociedades que entrou em crise). O apelo dos cidadãos a um direito mais claro e preciso significa (antes de mais) a rejeição de uma realidade extremamente complexa – que lhes «escapa». Cabe ao Parlamento Europeu compreender o significado profundo dessa

mensagem e evitar, na medida do possível, legislar «exageradamente» e utilizar expressões obscuras e contraditórias.

5. Os seres humanos têm profundamente enraizado o sentimento de justiça – de tal forma que o Evangelista fala de *sedentos, esmoreados de justiça* –, pelo que toda a denegação de justiça é percebida como uma ofensa profunda e uma disfunção da própria sociedade. Qualquer lei, decreto ou regulamento que, pelo seu formalismo, constitua um entrave ao exercício e à tutela dos direitos dos cidadãos alarga o fosso que os separa das instituições – sempre que estas produzam *direito* que provoque *injustiça*. A língua dos romanos – aos quais muito devemos em matéria de direito – revela bem essa correlação, pois o direito (*ius*) e a injustiça (*iniuria*) são designados por duas palavras com a mesma raiz, como se de duas faces da mesma realidade se tratasse. Resumindo brilhantemente esta ideia, os romanos afirmavam que: *summum ius summa iniuria* (o que hoje poderá traduzir-se livremente com a frase: *pode-se morrer de uma overdose de direito...*).

6. Com efeito, não ignoramos a tendência que se manifesta no seio da Comissão Europeia, e que tem sido seguida pelo nosso Parlamento, de invocar o carácter dinâmico do princípio da subsidiariedade para procurar posteriores alargamentos da acção da Comunidade – muito para além dos limites das suas competências: se essa prática for prosseguida de forma *intexível* e *sem discernimento*, poderá desencadear-se um movimento de *ricochete*, de distanciamento do cidadão face à União «por saturação de leis». Este perigo é real, sobretudo se a União e respectivos órgãos, por intermédio do seu aparelho burocrático, perpetuarem a opacidade e a rigidez tão familiares a algumas administrações nacionais.

### II. Dotemo-nos de meios adequados às nossas ambições

1. O facto de a Comissão das Petições ter pedido, pela primeira vez, para ser ouvida em matéria do «legislar melhor» deve-se ao contacto estreito e permanente que, graças às petições recebidas, mantém com o cidadão – tão frequentemente confrontado com disposições legislativas nacionais e europeias com relações por vezes imprecisas, constituindo teias inextricáveis.

2. Conhecendo os sentimentos e desejos do cidadão, temos o dever de introduzir alguma ordem neste domínio, através do recurso às diferentes vias que se nos oferecem, nomeadamente aos *procedimentos de simplificação legislativa* e de *melhoramento da redacção dos textos*, mas também e sobretudo a *uma aplicação correcta do princípio da proporcionalidade* - que aconselha a *renunciar à prática* (nem sempre ultrapassada) de *tudo querer disciplinar ao nível comunitário*, despojando dessa forma o nacional. O acordo interinstitucional sobre a qualidade de redacção dos textos legislativos, objecto de um excelente relatório da deputada Palácio Vallelersundi, vai na direcção correcta e deixa a Comissão das Petições assaz satisfeita.

3. Se pretendemos realmente aproximar a Europa do cidadão – e a petição é disso testemunho – devemos combater tudo aquilo que directa ou indirectamente possa constituir um obstáculo. Nesse contexto, devemos considerar, em primeira linha, a lei. Por «lei» podemos entender uma pluralidade de normas

– de grau e valor hierárquico distintos – que regem a nível comunitário uma determinada matéria, com todo um corolário de regulamentações e disposições administrativas. Este conjunto de normas carece de ser relacionado com a legislação nacional preexistente, muitas vezes num contexto e à luz de tradições jurídicas diferentes – segundo os Estados-membros.

4. Por conseguinte, é necessário que a União *limite a sua produção legislativa, melhore a respectiva qualidade e assegure a sua transparência* – o que, de resto, está em conformidade com o princípio consignado no artigo 1º do Tratado, segundo o qual «as decisões serão tomadas de uma forma tão aberta quanto possível e ao nível mais próximo possível dos cidadãos».

5. Na verdade, não basta *reduzir a inflação legislativa*. É preciso ainda que a norma seja clara e as obrigações daí decorrentes sejam de fácil compreensão; o que não acontece quando a fixação do objectivo e a obrigação propriamente dita resultam imediatamente de disposições contraditórias, que as enriquecem e aniquilam o alcance pretendido. Um exemplo é-nos fornecido pelas disposições da directiva «TV sem fronteiras» em matéria de quotas maioritárias a respeitar, quando essas mesmas quotas devem ser alcançadas... «na medida do possível». O legislador comunitário, a fim de permitir uma melhor inserção das disposições comunitárias nos sistemas jurídicos nacionais, acabou por aceitar expressões juridicamente vagas, imprecisas e de aplicação diferenciada segundo os Estados-membros.

6. A Comissão das Petições congratula-se com o facto de, graças a um processo de *codificação*, um número muito significativo de actos legislativos vir sendo revogado; encoraja, por conseguinte, a Comissão a prosseguir nessa via de forma ainda mais acelerada.

7. Por outro lado, a nossa Comissão sublinha a utilidade de uma *melhor acesso do cidadão europeu à informação sobre o direito comunitário* e sobre os procedimentos administrativos, graças ao *recurso às novas tecnologias*, que ela pretende igualmente utilizar para melhorar o tratamento das suas petições, em contacto com o cidadão e escutando-o.

8. Gostaríamos de concluir a presente reflexão chamando a atenção para um novo instrumento que poderia substituir a lei comunitária em inúmeras situações: trata-se dos *contratos* ou acordos livremente negociados pelas partes interessadas – cada vez mais utilizados a nível nacional. Este movimento, dito de *procedimentação*, transporta para a esfera contratual as questões concretas e qualitativas que anteriormente eram solucionadas pela lei. Embora isso conduza a uma diversificação do regime jurídico do contrato em função do objecto e, consequentemente, a uma pluralidade de «contratos especiais», somos favoráveis a tais acordos, nos quais não vemos qualquer risco de multiplicação de conflitos de interesses. Um exemplo desta tendência é perceptível no sector social, quando, em determinados Estados-membros, vemos ser introduzida a «semana de 35 horas» sem imposição legal. Consideramos que o recurso a este instrumento pode, em determinados casos, satisfazer a necessidade de chegar a um consenso entre as partes interessadas, reforçando, concomitantemente, o laço social. Ele poderia aliás ser alargado a vários outros

sectores, sobretudo no domínio da protecção do consumidor ou do ambiente. Respondendo à exigência de descentralização no interior das organizações privadas, e até das organizações públicas, este instrumento coaduna-se com a concepção moderna do princípio da igualdade e da legalidade no exercício e na organização do poder pelos respectivos protagonistas. A Comunidade, ao invés de pretender a todo o custo substituir-se ao legislador nacional, poderia assim encorajar, e por sua própria iniciativa, a negociação de tais acordos-quadro que definem as regras de interesse colectivo.

### Em conclusão:

A Comissão das Petições insta a Comissão dos Assuntos Jurídicos e do Mercado Interno, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar os seguintes tópicos na proposta de resolução que aprovar:

1º.- Sublinhar a exigência (inúmeras vezes exprimida pelos cidadãos europeus nas petições que dirigem ao Parlamento) de uma maior simplificação do direito produzido a nível europeu, cuja actual complexidade parece frequentemente desproporcionada face aos objectivos prosseguidos;

2º.- Considerar que a multiplicação das disposições legislativas adoptadas a nível comunitário e a sua crescente complexidade, requerem uma melhor coordenação com os normativos nacionais preexistentes, bem como uma hierarquização das disposições aplicáveis;

3º.- Arvorar-se intérprete do desalento do cidadão europeu cada vez que é confrontado com uma grande quantidade de normas jurídicas de origens e valores diferentes, que lhe dificultam a apreensão dos direitos de que é titular, impedem o exercício desses mesmos direitos ou tornam mais árduo o acesso às vias de recurso;

4º.- Mostrar-se consciente de que os aparelhos administrativos, quer nacionais quer europeus, podem reforçar o sentimento de frustração e de afastamento do cidadão europeu devido à rigidez dos procedimentos e à opacidade dos serviços;

5º.- Sublinhar a necessidade de um recurso mais frequente e convivial às novas tecnologias, a fim de melhor informar o cidadão europeu dos direitos que o Tratado da União e o direito derivado lhe conferem, em especial o direito de apresentar uma petição ao Parlamento Europeu;

6º.- Mostrar-se consciente de que a opinião pública poderá manifestar mais o seu apoio ao alargamento da União, se esta souber dotar-se de objectivos mais claramente definidos, de instituições mais eficazes e, sobretudo, de normas jurídicas menos numerosas, mas mais claras, simples e acessíveis;

7º.- Encorajar a Comissão Europeia a acelerar o processo de codificação, que comporta a revogação de actos legislativos que se tenham tornado supérfluos ou redundantes;

8º.- Chamar a atenção para a oportunidade oferecida por um recurso mais alargado aos acordos ou convenções livremente negociados pelas partes interessadas - para transpor para a esfera contratual as questões concretas anteriormente solucionadas pela lei: este sistema de auto-regulação pode constituir uma alternativa válida à tendência para tudo legislar a nível comunitário.

Relatório do deputado na Comissão das Petições do Parlamento Europeu aprovado pela Comissão em 17/4/2000, por unanimidade.

ACTUALIDADE

José Medeiros Ferreira



## FÁTIMA ESTÁ NA MODA

**H**á dias, uma colega deputada e universitária comunica-me que vai a Fátima esta semana. E pergunta-me com a inocência possível: «Você compreende, não compreende?» Olho-a sem saber o que responder a esta interrogativa tão coloquial, vasta e imperiosa.

Compreendo? Não compreendo? Ainda agora não me tinha dado ao trabalho de indagar, mas já que fui assim interpelado tentei responder.

Conheço inúmeras pessoas que gostam de ir a Fátima e nem sequer são católicas praticantes. Mesmo na família tenho algumas Marias de Fátima que cedo se rebaptizaram com os diminutivos adequados.

E se recuar na memória vejo a ilha de S. Miguel em festa com a chegada da «imagem peregrina» transportada pelo aviso Afonso de Albuquerque - N.R.P. (Navio da República Portuguesa), logo a seguir à II Guerra Mundial, numa altura em que o orgulho de ser português tinha sido devidamente alimentado com a canonização de S. João de Brito.

Hoje compreendo melhor o contexto dessa osmose que se havia operado numa terra de «heróis e santos», e que já estivera

presente na beatificação do Condestável Nuno Álvares Pereira em plena I República. A alegria do PR, António José de Almeida não impediu a queda desta anos depois. O Santo Condestável nunca foi objecto de um culto entusiástico pelo elemento popular. Por um desses caminhos que ninguém saberá explicar, a sua canonização coincide com as romagens a Fátima dos populares atraídos pelos pastorinhos, para grande desnorte do bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva, em cuja diocese se processavam os dois cultos, um mais hierárquico, erudito e nacionalista, como era o de Nuno Álvares, e outro mais espontâneo, popular e globalizante, à volta de Fátima. Não é a altura para desenvolver melhor o aproveitamento político que foi feito da figura e da canonização do Condestável Nuno Álvares Pereira. Mas como muito bem já assinalou Luís Salgado Matos, a canonização do Santo Condestável desempenhou um papel simbólico central nas relações entre a Igreja e o Estado desde o fim da Primeira Guerra Mundial ao começo da guerra em África. Ele era o santo que, sendo chefe do Exército, assegurara a independência nacional, reunia os vértices do triângulo institucional formado pelo Estado, pelas Forças Armadas e pela Igreja.

Se o culto de Nuno Álvares representa o gosto pelo equilíbrio institucional da Igreja constantina, o culto de Fátima apresenta-se como um designio da hegemonia religiosa sem fronteiras. Nesta perspectiva, a beatificação dos pastorinhos transvasa a sua influência na sociedade portuguesa para se situar na dimensão da Igreja Católica, Apostólica e Romana.

O Papa João Paulo II não vem a Portugal apenas para consagrar os pastorinhos de Fátima, ele pretende impulsionar de novo o culto mariano em todo o mundo católico. Desse ponto de vista, é um assunto meramente interno à Igreja Católica e às suas formas de auto-organização, financiamento e auto-regulação. Nem cuida aqui de saber o que tal atitude pode representar em termos teológicos mais apurados. Creio que essa será, talvez mais rapidamente do que se julga, a tarefa dos seus próprios teólogos. O que parece evidente é a subalternização dos esforços ecuménicos em relação às outras igrejas cristãs empreendidos pelos papas João XXII e Paulo VI, e de certa maneira agora envolvidos neste paréntesis mariano.

Há também uma leitura portuguesa deste evento. Na sociedade democrática saída da Revolução de 25 de Abril de 1974 a

beatificação dos pastorinhos é a promoção do elemento popular aos altares em termos de culto público. A efémera aliança Povo/MFA sucedeu paulatinamente uma aliança entre a Igreja Católica e o culto popular no exacto momento em que a própria Igreja Católica sofre a forte influência interna de movimentos profissionais elitistas nos quais os leigos desempenham um papel cada vez mais importante.

Desse ponto de vista mais sociológico, estamos a assistir a uma tentativa de aproximação, pelo menos à escala europeia, entre a hierarquia da Igreja e o Povo, por forma a expandir o culto religioso e a respectiva participação litúrgica e ao mesmo tempo atenuar a influência crescente de várias organizações elitistas de leigos, cuja importância tem aumentado nas últimas décadas. Assim só os crentes poderão ir a Fátima descansados.

É claro que estas minhas observações não esgotam o campo de análise possível da estratégia que vingou no Vaticano no que a Fátima diz respeito e apenas em termos de sociologia das instituições.

Assim se confessa um agnóstico numa terra em que há muita gente mais papista do que o Papa.

In «Diário de Notícias»

POLÍTICA

Manuel Alegre



## ALGUMA COISA VAI TER QUE MUDAR

**N**ão é a primeira vez que surge o projecto de um novo partido de centro-direita. José Miguel Júdice suscitou recentemente essa hipótese e o meu saudoso amigo Francisco Sousa Tavares dirigiu «O Liberal» com o mesmo designio. Mas agora há um salto qualitativo: Santana Lopes diz-se disposto a protagonizar o projecto no caso de não conseguir mudar o PSD. Ou seja: ou faz do PSD um novo partido aglutinador da direita ou sai para o tentar fazer por fora. E aqui é que está o busilís: até hoje falharam todas as experiências que, pela esquerda ou pela direita, procuraram criar novos partidos, desde a pré-histórica FSP de Manuel Serra, até ao PRD, de Eanes, passando pela ASDI e a UEDS.

Bem ou mal, o eleitorado parece ter-se fixado em torno dos quatro maiores partidos com assento parlamentar. Mesmo o PRD, que foi um fenómeno de desfixação do eleitorado do PS, foi sol de pouca dura.

O núcleo dos quatro maiores partidos tem-se aguentado mesmo nas derrotas mais amargas. E até o CDS/PP que, em dado momento, parecia condenado, renasceu das próprias cinzas. Por isso não me parece fácil concretizar o sonho de Santana Lopes.

Uma coisa é o peso que se tem quando se é eventual alternativa dentro de um partido, outra quando se sai e se pretende começar de novo. Há em Portugal aquilo a que António Sérgio chamava «o espírito de capelinha, de bairro e de seita».

E a que hoje poderíamos chamar clubismo. O sectarismo é uma doença nacional. É um fenómeno irracional, releva da afectividade e da emoção. Há muita gente que não sabe por que é deste ou daquele partido. Mas é, não muda, como não troca de clube.

É certo que tem vindo a acentuar-se um progressivo distanciamento entre a nomenclatura dos partidos e as suas bases

sociais e eleitorais. A posição de Santana Lopes exprime a consciência dessa fractura, talvez mais evidente no PSD, devido à perda do poder e à inexplicável e misteriosa liderança de Durão Barroso. Mas também existe em todos os outros partidos. Não é por acaso que aumenta o desinteresse pela política, o amorfismo, a abstenção.

Os partidos representam cada vez menos a sociedade. Isso é um risco para a credibilidade da democracia. É por aí que rompe a crise do sistema de representação e que de súbito aparecem os Haider.

Quando o meu amigo Vítor Constâncio e Cavaco Silva assinaram o acordo de revisão constitucional, Sottomayor Cardia e eu próprio alertámos para o facto de esse pacto de cavalheiros conter em si uma lógica de neo-rotativismo entre dois partidos cada vez mais semelhantes, o partido cara e o partido coroa, como então escrevi, embora possa ter sido injusto em

algumas críticas que fiz ao então secretário-geral do PS. Mas essa lógica está aí. Há alternância, mas quase não há políticas alternativas.

A longa partilha de poder e benesses entre democratas-cristãos e sociais-democratas na Áustria abriu caminho ao discurso anti-sistema.

A frustração da ala mais popular e populista do PSD, que não se reconhece na actual liderança, pode favorecer as intenções de Santana Lopes. Creio, no entanto, que o leque partidário ainda se mantém estável. Mas há um fermento anti-sistema, há cansaço e desencanto, há um divórcio entre as estruturas partidárias e o país.

Sampaio tem razão no seu alerta, algo tem de mudar. Caso contrário, poderão surgir surpresas e fracturas, tanto à direita, como à esquerda.

E o populismo crescerá dentro do sistema, por causa dele e contra ele.

In «Expresso»



**QUE SE PASSA**

**Mary Rodrigues**

**Atletismo em Albufeira**

As V Jornadas do Património decorrem, hoje e amanhã, no Auditório Municipal. O XIII Grande Prémio de Atletismo das Areias de São João será disputado, domingo, a partir das 9 e 30, nas Areias de São João. Na segunda-feira, dia 15, pelas 15 horas, realiza-se o XXII Encontro de Grupos Corais e Instrumentistas no Zoomarine. Até ao dia 27, das 10 e 30 às 17 horas, estará patente, na Galeria Municipal, a exposição «Escrita Labiríntica», de Luís Nunes Alberto.

**Música em Coimbra**

Hoje, às 21 e 30, assista, na Casa Municipal da Cultura, à abertura do I Ciclo de Encontros com a Música, que começará com um concerto, sob a direcção do maestro José Atalaya, intitulado «Nossa companheira a guitarra» «O Jardim de Crivelli» é o nome da peça teatral para jovens, a cargo do Trupe Leal Conselheiro, que estará em cena, no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV), no sábado, dia 13, às 21 e 45. As palavras de Almada Negreiros serão evocadas por Catarina Requeijo e Luís Gaspar, no dia 15, pelas 22 horas, no Café-Teatro do TAGV.

**Feiras em Fafe**

O artista Arlindo Fagundes, ceramista, cartonista e ilustrador de livros, mostra um conjunto de 19 acrílicos e desenhos da sua autoria na Galeria Municipal, a partir de hoje e até ao dia 27. A peça de Manuel António Pina, «Os Dois Ladrões», será representada, amanhã, às 21 e 30, no Estúdio Fénix pela Jangada Teatro. O sábado ficará marcado pelo arranque das Feiras Francas 2000, que começarão pelas 9 horas, prolongando-se até ao final do dia 17.

**Livros em Faro**

O Faroshopping foi o local escolhido para a apresentação, a partir de hoje e até ao dia 2, das Tunas da Universidade do Algarve. Os admiradores da atriz Julia Roberts poderão revê-la já a partir de amanhã, na sala do Cinema Santo António, no papel de Erin Brockovich, no filme, com o mesmo nome, assinado por Steve Soderbergh. Também amanhã, estreia no Cinema Golden City, a película de Diane Keaton, «Linhas Cruzadas», mantendo-se em exibição até à próxima quinta-feira, dia 18. Numa organização da Concertante – Soluções de Animação, e com o apoio da edilidade farense, realiza-se entre os dias 13 e 19, no Passeio da Docas, a Festa do Livro. Este certame estará patente ao público desde diariamente, desde as 16 até às 23 horas. Este sábado, não perca a sessão de fados, com António Pinto Basto e outros, a decorrer no Conservatório Regional do Algarve, pelas 21 e 30.

**Cinema em Guimarães**

Hoje, a partir das 21 e 45, será exibido o filme «Topsy Turvy», de Mike Leigh, no Auditório da Universidade do Minho. No domingo, no mesmo horário, chega à esta sala a realização mais premiada da edição dos Óscares de Hollywood, «Beleza Americana», de Sam Mendes. O Grupo de Fados da Cidade-Berço apresentam-se, no dia 13, às 21 e 30, no Coreto do Jardim Público de Caldas das Taipas. Ainda este sábado, à mesma hora, mas no Largo da Oliveira, poderá assistir a um desfile de moda pelos alunos do Cenatex.

**«Madames» em Lisboa**

«Linhas Cruzadas», de Diane Keaton, «Favor Não Incomodar», de Dick Maas; «The House on Haunted Hill», de William Malone; e «Por Um Fio», de Martin Scorsese, são as fitas debutantes, amanhã, nas salas de cinema lisboetas. Na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém poderá assistir, a partir de amanhã e até ao dia 16, pelas 21 e 30, ao espectáculo de dança «Inicialmente Previsto», um evento com concepção e direcção artística de Tânia Carvalho. O Teatro Tivoli acolhe, até a dia 21, a peça de Maria Velho da Costa, «Madame», com Eunice Muñoz e Eva Wilman.

**Filme na Lousã**

«The Green Mile» (À Espera de um Milagre, na versão portuguesa) será o filme exibido nas salas de cinema da cidade amanhã, sexta-feira, dia 12, às 21 e 30.

**Concerto em Montemor-o-Velho**

O Projecto «Jovens Músicos Europeus 2000» inclui no seu programa de divulgação um concerto com o Ensemble de Saxofones do Conservatório de Música de Coimbra e um quarteto de cordas, a realizar-se no domingo, dia 14, pelas 16 horas, na Igreja do Convento de Nossa Senhora dos Anjos.

**Fita em Paredes de Coura**

«Capitães de Abril», de Maria de Medeiros, com Stefano Accorsi e Maria de Medeiros, estará em exibição, este domingo, dia 14, no cinema da cidade, às 15 e às 22 horas.

**Conferência em Portimão**

«Mãe e Filha – duas gerações em debate» é a conferência, a cargo de Rita Ferro e Marta Gautier, preparada para amanhã, pelas 21 e 30, na Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes. O Salão Nobre da Câmara veste-se de gala para acolher o concerto clássico de viola/

percussão que será realizado no sábado, dia 13.

Na próxima quarta-feira, dia 17, não deixe de assistir, no Auditório municipal, ao Festival Internacional de Música do Algarve, um espectáculo que será acompanhado por dança indiana.

**Teatro no Porto**

O espectáculo «In(sub)missão» (peça teatral sobre a Liberdade), de Carlos Jorge Pessoa, estreia hoje, no Teatro Nacional de São João (TNSJ), no Porto. A peça - uma co-produção do TNSJ e do Teatro da Garagem - permanecerá em cena até ao dia 21. «In(sub)missão» integra-se no ciclo «O Livro das Cartas do Tesouro», constituído por quatro peças escritas e encenadas por Carlos Jorge Pessoa, co-fundador do Teatro da Garagem.

**Tasquinhas em Santo Tirso**

A quinta edição da já tradicional Feira das Tasquinhas decorre até ao próximo domingo, dia 14. Este certame tem duas componentes complementares da gastronomia. A animação musical (música popular tocada e cantada ao vivo por grupos oriundos do concelho, num espectáculo diário marcado para as 21 horas) e uma mostra de artesanato (com a participação de artesãos do município).

**Artes em Seia**

Promovida pela autarquia local e organizada por Mário Jorge Branquinho e Sérgio Reis, realiza-se, entre os dias 13 e 26, nas Galerias do Salão das Magnólias, a II Exposição de Artistas Senenses.

**Postais em Sintra**

O Encontro Anual de Artistas Plásticos 2000, intitulado «Com Amor Envio um Postal de Sintra», decorre, até ao dia 28, no primeiro piso da Galeria Municipal de Fitares e conta com a participação de 196 artistas. O horário de funcionamento da galeria é de quarta-feira a domingo e feriados, das 16 às 22 horas.

**Dança**

La  
**Yerbabuena**

Coreografia e direcção  
**Eva La Yerbabuena**

11 de Maio, 21h30  
Grande Auditório  
**Centro Cultural de Belém**

**SUGESTÃO**

**Encontros da Imagem**

A XIV edição dos Encontros da Imagem arrancou já em Braga, Famalicão e Guimarães, desta vez integrado no Festival das Luzes.

Os Encontros, que se prolongam até 11 de Junho, englobam 20 exposições diferentes, num total de 47 autores, e decorrem em vários edifícios históricos, museus e galerias de arte, bem como espaços públicos (centros comerciais e cafés).

O megafestival da Luz, que tem por objectivo difundir e promover a fotografia em todo o planeta, abarca 22 festivais em 16 países diferentes.

Além do intercâmbio de exposições, este evento internacional junta as tecnologias visuais dos séculos XIX e XX com os novos sistemas de comunicação do século XXI.

A presente edição dos Encontros traz ao conhecimento do público alguns autores cuja obra ajuda a reflectir sobre vidas passadas e prefigurações futuras.

Estão neste caso, as obras do Padre Browne sobre a Irlanda dos anos 20 e 30, e o trabalho de Roud Van Empel, imbuído de um autêntico discurso teatral da fotografia, que constituem importantes documentos de conhecimento e reflexão.

A mostra central dos Encontros, «In Realidade», traz a consciência das vivências da banalidade, do quotidiano, directo ou teatralizado, que denotam uma forte dinâmica da tendência estética dos anos 90.

**POEMA DA SEMANA**

*Seleção de Carlos Carranca*

**A exaltação da pele**

*Hoje quero com a violência interdita.  
Sem lírios e sem lagos  
e sem o gesto vago  
desprendido da mão que um sonho*

*agita.  
Existe a seiva. Existe o instinto.  
E existo eu  
suspenda de mundos cintilantes  
pelas veias  
metade fêmea metade mar  
como as sereias*

**Natália Correia**  
*In (Poemas)*



## OS DESAFIOS DA EUROPA

**F**oi aprovado na generalidade na Assembleia da República a Lei de Bases do Sistema de Segurança Social apresentada pelo Governo.

É ainda uma aprovação na generalidade, susceptível de conduzir a importantes alterações na especialidade, mas trata-se, inequivocamente, de um novo marco na política de segurança social em Portugal. Depende, agora, dos outros partidos e da sua responsabilidade, sem quaisquer exclusões ou marginalizações, o formato definitivo da nova política.

Esta reforma é legislada na sequência da aprovação da política orçamental do governo para o ano corrente.

Muito se escreveu e disse sobre o OE 2000 e, na maioria das vezes, escreveu-se e disse-se mal.

Não me parece que a proposta governamental mereça, liminarmente, a rejeição da opinião publicada e de boa parte dos analistas que sobre ela se pronunciaram.

Não sendo propriamente um excelente

Orçamento é, contudo, o Orçamento possível na fase específica de integração e aprofundamento da União Europeia que vivemos e, da visível mudança de paradigma do crescimento e desenvolvimento económico e social que a mesma Europa assume, nomeadamente, depois da Cimeira Extraordinária do Emprego, Reforma Económica e Coesão Social, realizada recentemente em Lisboa.

Não basta realmente apreciar um documento de política orçamental sem ter em conta o seu enquadramento e, obviamente, sem analisar em detalhe o seu conteúdo.

O OE é a tradução financeira das políticas e das múltiplas opções governamentais no domínio do económico e do social.

Estas políticas e opções estão definidas no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (amplamente divulgado e debatido) e, sobretudo, condicionaram o Plano de Desenvolvimento Regional e o aproveitamento do III Quadro Comunitário

de Apoio.

Se a opção é (e bem) a opção no investimento, na mudança do perfil económico do país, na valorização dos recursos humanos e na coesão social, a política orçamental tem de reflectir essas prioridades.

Esta é que é a sua condicionante e sendo este o 1º Orçamento do novo período, naturalmente que o mesmo é um orçamento de transição e de continuidade. Transição pelas razões apontadas e de continuidade porque, para lá de muitas outras, introduz claramente na política fiscal, factores que vão no sentido de diminuir as iniquidades, continuar a luta contra a evasão e fraude fiscal e, essencialmente, de não aumentar, como prometido e cumprido, a carga fiscal.

O Orçamento de Estado é assim, não a única, mas uma peça essencial da política do Governo para responder a novos e exigentes desafios de uma nova Europa, mais vasta, mais profunda, mas sobretudo, mais desenvolvida e mais justa para todas as suas regiões.

«Os partidos representam cada vez menos a sociedade. Isso é um risco para a credibilidade da democracia»

**Manuel Alegre**  
Expresso, 6 de Maio

«A longa partilha de poder e benesses entre democratas-cristãos e sociais-democratas na Áustria abriu caminho ao discurso anti-sistema»

**Idem, ibidem**

«Há um fermento anti-sistema, há cansaço e desencanto, há um divórcio entre as estruturas partidárias e o país»

**Idem, ibidem**

«Sampaio tem razão no seu alerta, algo tem de mudar. Caso contrário, poderão surgir surpresas e fracturas, tanto à direita como à esquerda»

**Idem, ibidem**

«A sua sensibilidade (Sebastião Salgado) dá ao desespero das pessoas que fotografa uma dimensão de transcendência, fortemente interpelativa. Não se trata de chocar as pessoas, mas de as fazer pensar»

**Maria Elisa**  
Diário de Notícias, 7 de Maio

«Enquanto instrumento de luta dos trabalhadores a greve não deve ser banalizada»

**Edite Estrela**  
Expresso, 6 de Maio



Por favor remeter este cupão para:  
Partido Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

### Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director

**Fernando de Sousa**

Redacção

**J.C. Castelo Branco**

**Mary Rodrigues**

Colaboração

**Rui Perdigão**

Secretariado

**Sandra Anjos**

Paginação electrónica

**Francisco Sandoval**

Edição electrónica

**Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz